



# ESCOLA NAVAL



ta sainte & bi-faire

Salvador da Cunha Cordovil Horta e Costa

Jaime Correia do Inso

Uma vida dedicada à Marinha e encantada pelo Oriente

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, na especialidade de Marinha



Alfeite

2019





# ESCOLA NAVAL

talant de bi-faire



**Salvador da Cunha Cordovil Horta e Costa**

***Jaime Correia do Inso***

***Uma vida dedicada à Marinha e encantada pelo Oriente***

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, na  
especialidade de Marinha

Orientação de: CFR FZ RES Jorge Semedo de Matos

O Aluno Mestrando

O Orientador

---

ASPOF Horta e Costa

---

CFR FZ RES Semedo de Matos



“Não sei por onde vou,

Não sei para onde vou.

- Sei que não vou por aí!”

(José Régio)



## Dedicatória

Esta dissertação de mestrado representa o culminar de cinco anos de formação académica, física, moral e disciplinar. Dedico-a àqueles que de mim estiveram mais próximos durante este tempo: os meus pais, irmãos e irmão.





## Agradecimentos

Começo, como não poderia deixar de ser, por um sincero e penhorado agradecimento ao meu orientador, o Sr. Comandante Semedo de Matos, que me encaminhou na investigação, me apoiou na pesquisa e seleção das fontes, na metodologia e, bem assim, no decurso da (re)construção de uma figura singular da Armada portuguesa. Fico-lhe devedor da paciência e perseverança que demonstrou para comigo, estimulando o meu sentido crítico, permitindo longas conversas para a procura da verdade de uma vida escondida, e que, sem embargo dos elevados padrões de exigência devidos na procura dos factos e no seu relato com transparência, sempre me acompanhou, atento e paciente, face ao ritmo e progressos do trabalho.

Outro agradecimento que não posso deixar de expressar vai dirigido à Sr.<sup>a</sup> Isabel Beato, Técnica Superior do Arquivo Histórico da Marinha, na sua pessoa e também, em representação dos funcionários do Arquivo, que me apoiaram no acesso às fontes documentais sem as quais não teria sido possível revisitar a vida e a carreira militar de Jaime do Inso. Do mesmo modo, agradeço ao Sr. Comandante Ribeiro Cartaxo, Diretor da Biblioteca Central de Marinha, e aos restantes funcionários que nela colaboram, que me disponibilizaram uma série de livros da autoria de Jaime do Inso, indispensáveis ao conhecimento do seu pensamento e, por isso, à realização desta dissertação.

Devo, ainda, um especial agradecimento à guarnição do NRP António Enes, mais especificamente aos oficiais da câmara, aqui representados pelo Sr. 1TEN Figueira Saial, oficial imediato do navio, onde estagiei ao longo deste ano, e que sempre que foi possível, demonstraram atenção e disponibilidade para me permitir conjugar as tarefas com a realização deste trabalho.

Por último, agradeço aos meus pais, José Horta e Costa e Maria da Conceição Cordovil H.C., pelo exemplo de uma vida de retidão, perseverança e feliz serenidade que me formaram homem, e pela educação nos valores que hoje considero o tesouro mais valioso.



## Resumo

O Capitão-de-fragata Jaime Correia do Inso, filho de José Correia do Inso e de D. Francisca da Graça Mendes Farinha, nasceu em 1880, na vila de Nisa, distrito de Portalegre e morreu em Lisboa, com 87 anos, em 1967.

Tendo vivido numa época conturbada da história de Portugal, assistindo aos regimes da Monarquia Constitucional, I República e Estado Novo, terá escolhido a carreira militar naval devido à exaltação dos sentimentos de patriotismo e necessidade do Império despoletados na nação pelo Ultimato Britânico.

No seu percurso profissional destaca-se o contacto com as colónias e, sobretudo, as viagens a Macau, cidade pela qual se deixaria deslumbrar e alvo de grande parte da sua obra literária.

Neste trabalho estuda-se a conjuntura política e social a nível nacional, a evolução da Armada e o caminho que Jaime forja para melhor compreender quem teria sido na sua natureza humana concluindo que seria um orientalista por excelência.

**Palavras-chave:** Ultimato, Império, Marinha, Orientalismo, Jaime do Inso.

## Abstract

Captain Jaime Correia do Inso, son of José Correia do Inso and Mrs. Francisca da Graça Mendes Farinha, was born in 1880, in the village of Nisa, Portalegre district and passed away in Lisbon, with 87 years, in 1967.

Having lived in a troubled time of the history of Portugal, going through the Constitutional Monarchy, the First Republic and the New State regimens, he would have chosen the naval military career due to the elevation of the patriotic sentiments and the urge for the Empire triggered throughout the nation by the British

In his professional path, the contact with the colonies stands out and mostly, his trips to Macau, city by which he would let himself be amazed and the target of almost all his literary work.

In this paper, the national political and social conjuncture, the evolution of the Navy and the route that Jaime forges are studied to better understand who he would have been in his human nature concluding that he would have an Orientalist by excellency.

## Índice

<i>Dedicatória</i> .....	<i>vii</i>
<i>Agradecimentos</i> .....	<i>ix</i>
<i>Resumo</i> .....	<i>xi</i>
<i>Abstract</i> .....	<i>xii</i>
<i>Índice</i> .....	<i>xiii</i>
<i>Lista de Figuras</i> .....	<i>xv</i>
<i>Introdução</i> .....	<i>1</i>
<i>1. O Portugal de Jaime</i> .....	<i>11</i>
1.1. Os Jogos do Poder Europeu em África .....	<i>12</i>
1.2. Cecil Rhodes e a Implacável Aliada .....	<i>16</i>
1.3. A Emergência do Nacionalismo Radical .....	<i>19</i>
<i>2. A vida de Jaime Correia do Inso</i> .....	<i>23</i>
2.1. Desde Nisa até à “Pátria” .....	<i>23</i>
2.2. A canhoneira “Pátria” .....	<i>29</i>
<i>3. O Oriente e o seu encanto</i> .....	<i>43</i>
3.1. O desvendar de um “novo mundo” .....	<i>43</i>
3.2. A construção da percepção do “outro”: o Orientalismo .....	<i>49</i>
3.3. O Orientalismo português .....	<i>58</i>
3.4. Inso no Orientalismo .....	<i>62</i>
3.5. O Caminho do Oriente .....	<i>67</i>
<i>Conclusões</i> .....	<i>77</i>
<i>Fontes e Bibliografia</i> .....	<i>83</i>

<b>Fontes.....</b>	<b>83</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>84</b>
<b><i>Anexos</i> .....</b>	<b>87</b>
<b>Anexo A – Informação retirada do Livro Mestre “F”, fólio 194.....</b>	<b>87</b>
<b>Anexo B - Informação retirada do Livro Mestre “I”, fólio 142 .....</b>	<b>90</b>
<b>Anexo C - Informação retirada do Livro Mestre “M”, fólio 19 .....</b>	<b>94</b>
<b>Anexo D – Lista cronológica da obra de Jaime Correia do Inso.....</b>	<b>99</b>

## Lista de Figuras

Figura 1 - Capitão-de-fragata Jaime Correia do Inso.....	9
Figura 2 - Canhoneira «Pátria» no porto do Pará. ....	31
Figura 3 - Trajeto da canhoneira "Pátria" na sua viagem inaugural. ....	33
Figura 4 - Oficiais da guarnição da canhoneira "Pátria" na sua primeira viagem ao Brasil, identificado com uma elipse, Jaime Correia do Inso.....	34





## Introdução

O presente trabalho, intitulado *Jaime Correia do Inso. Uma vida dedicada à Marinha e encantada pelo Oriente*, pretende constituir a dissertação final do mestrado integrado em Ciências Militares Navais, na especialidade de Marinha, desenvolvido na Escola Naval.

Propõe-se estudar o percurso de Jaime Correia do Inso que, tendo nascido em Nisa, em 1880, e falecido em Lisboa, em 1967, dedicou a sua vida à Marinha Portuguesa, onde se formou oficial. Realizou missões nos quatro maiores continentes passando pelo Brasil, Cabo Verde, Angola, Timor e China ao serviço do país.

A par deste gosto pelo mar, foi um homem com outras grandes paixões nomeadamente, a escrita e o Oriente. Estas acabaram por ser completamente indissociáveis e marcos de uma vida. Inso teve a oportunidade de redigir obras e fazer apresentações públicas que demonstravam a sua enorme paixão, deslumbramento e encanto pelo Oriente e, neste, sobretudo, pela China e por Macau. Podemos afirmar que Jaime do Inso não era apenas um oficial da Marinha portuguesa ou um escritor. Era, também, um orientalista!

Mas porquê estudar a vida e parte da obra de Jaime do Inso? O que o torna num objeto de estudo de particular interesse? As razões que nos levam ao desvendar desta biografia são múltiplas e, tornam-se cada vez mais claras conforme a aprofundamos.

O desenvolvimento da biografia de Jaime Correia do Inso foi proposto no âmbito do mestrado integrado frequentado e que me encontro a finalizar. Este foi uma personagem com um contributo inquestionável no contexto da Marinha portuguesa do final do século XIX e até à década de 1960 do século XX, sobre o qual muito pouco se sabe. Ainda que existam fontes que permitam estudar a sua vida e que tenha deixado consideráveis registos escritos não foi feito, até à data, nenhum estudo sobre esta figura, uma ausência injustificável perante a existência de bases para o concretizar. Por si só, o desconhecimento de Inso, contrapondo à sua importância, seria um motivo válido.

Mas, como referimos, Jaime do Inso não foi apenas um oficial da Marinha. Foi, também, um escritor! Escreveu várias obras de várias categorias literárias – ficção, crónicas, relatos de viagem, entre outros -, bem como obras técnicas, relacionadas com questões náuticas e com a Marinha. Procurou, neste último âmbito, transmitir os seus conhecimentos e experiência às gerações futuras.

Enquanto produtor literário, Inso focava a sua atenção no Oriente, o que fazia de si um orientalista por excelência. O Oriente e, com ele, a China e, nesta, particularmente, Macau, seria o epicentro da maioria das suas obras hoje conhecidas.

A forma romântica e apaixonada como escrevia sobre o Oriente e, até, muitas vezes, sobre os orientais, torna os seus retratos dotados de um profundo deslumbramento. Mas não é por isso que deixam de ser realistas. Procuram dar a conhecer crónicas de costumes, vidas, o quotidiano de um mundo e de um povo que, para grande parte dos portugueses era, na altura, completamente desconhecido. Desta forma, Inso deu a conhecer os espaços por onde passou, desvendando a mística imperial e transmitindo a sua visão àqueles que não tinham a possibilidade de lá chegar.

Assim, através de retratos realistas, Jaime Correia do Inso deixa uma memória. Uma memória sobre o Oriente e os orientais, sobre o passado histórico desta região e sobre a forma como, no século XX, este espaço se apresentava. Será, portanto, neste contexto, um escritor incontornável no estudo do Orientalismo em Portugal.

Inso tinha ainda a particularidade de divergir de alguns dos restantes orientalistas dada a sua profissão, por ser militar. Paralelamente, era comum o este grupo dirigir-se ao Oriente e dele não regressar, por vezes, porque não se enquadravam no mundo ocidental. Mas tal não aconteceu com Jaime do Inso que, ao contrário do esperado, acabou por retornar a Portugal. Talvez por isso, pela sua experiência material, palpável e real, fora do âmbito da imaginação, os seus relatos sobre o Oriente fossem tão realistas parecendo, ao ler, que integramos o cenário que por ele nos é narrado.

Mas, Inso é uma figura igualmente interessante e que importa estudar porque foi um homem que viveu e presenciou três diferentes regimes políticos e a transição

entre eles – da Monarquia Constitucional para a I República e, desta, para o Estado Novo.

É importante conhecer a ação de oficiais como Inso num período conturbado da História de Portugal, como foi o caso da instabilidade política, económica e social de cada um dos regimes, mas, sobretudo, da transição entre eles. A Marinha era a ferramenta do império e estava ao serviço do Estado, tendo uma ação de enorme relevo. Era o elo de ligação entre Portugal continental e as colónias. Como tal, importa conhecer quem comandava os navios que se dirigiam a além-mar e o que planeavam.

Nesta linha de enquadramento, estudar Inso é relevante não só para estudar a figura de um oficial de destaque, como também o seu pensamento. As temáticas sobre as quais refletia, como as enquadrava, a visão que delas tinha, são perspetivas interessantes para estudar não só a personagem, como também a Marinha em si e a sua evolução.

Sabemos que Jaime Correia do Inso escreveu grande parte das suas obras no contexto do regime ditatorial. Aliás, a sua obra de maior destaque, que lhe valeu um prémio e que aprofundaremos, *O Caminho do Oriente*, viria a ser publicada em 1932, um ano antes da institucionalização (oficial) do Estado Novo. Podemos até colocar a hipótese dos seus registos escritos serem embebidos de um colonialismo, nacionalismo e patriotismo típico do regime, fazendo com que Jaime Correia do Inso e os seus escritos sejam um reflexo do tempo e dos princípios ideológicos do momento e experiências vividas quando as escreve. Ajudava, desta forma, a desenvolver a consciência coletiva de um espaço territorial que, embora tão distante, pertencia a Portugal.

O estudo da vida de Jaime Corria do Inso assume-se, assim, como um contributo para a História de Portugal, do período contemporâneo do final do século XIX e século XX e da Marinha. Paralelamente, permite estudar questões mais técnicas e o que nesta altura se pensava, produzia e desenvolvia no mundo náutico.

Mas, acompanhar o percurso de Inso, é também, simultaneamente, um contributo para os estudos literários e das correntes de pensamento, sobretudo, circunscritas e tendo como objeto de estudo o Oriente.

O presente trabalho contribuirá, desta forma, para várias áreas do saber, tendo uma abrangência bastante ampla, dado que toca elementos das Ciências Militares Navais, da História, da Literatura, das Mentalidades, da Geografia e da Sociologia. Estudar Jaime do Inso é olhá-lo numa perspectiva pluridisciplinar!

No que diz respeito à abrangência cronológica, o presente trabalho focará, essencialmente, o final do século XIX e grande parte do século XX, barreiras que se prendem com a datação da vida de Jaime Correia do Inso que, como já referimos, nasceu em 1880 e viria a falecer em 1967.

Mas esta delimitação cronológica não é absolutamente estanque. Existem contextos que precisam e devem ser explicados e/ou clarificados. Neste sentido, recorreremos ao que, no mundo literário de Inso, se designaria de “analepses”. Voltaremos atrás no tempo para melhor compreender o contexto em que a figura em estudo nasceu ou, até, o pioneirismo português no contexto da expansão colonial e a nossa prolongada presença no Oriente.

Em termos espaciais, diríamos que a nossa geografia será o Mundo. Embora focando o contexto português, não podemos descurar que Jaime Correia do Inso fez várias missões. De que tenhamos conhecimento, sabemos ter passado pela América do Sul, África e Ásia, ainda que tenha sido esta última que captou a sua atenção. Este trabalho focar-se-á, assim, em Portugal e no Oriente.

A vida de Jaime Correia do Inso será, nesta nossa abordagem, dividida em três partes lógicas e estruturantes. Metodologicamente será adotada uma análise qualitativa de análise e problematização de fontes e bibliografia.

Desta forma, a primeira parte do presente estudo corresponde a uma contextualização histórica do período em que Jaime do Inso nasceu. Desenvolver-se-á, assim, o Portugal do final do século XIX, um período conturbado e de grande instabilidade. Este capítulo pretende desenvolver a decisão de Jaime pela Armada estipulando um argumento com base em acontecimentos históricos. Porque terá seguido este rumo? O que o terá atraído na Marinha? Terá sido o gosto pelo império e

a mística colonial portuguesa? Terá sido a certeza de um vencimento mensal fixo e garantido? Porque não seguiu o percurso do seu pai, tornando-se carpinteiro?

Este vislumbre do Portugal do seu tempo será feito à luz de bibliografia sobre a História de Portugal, de que são exemplo as obras gerais de António de Oliveira Marques, nomeadamente, os volumes de *História de Portugal*; ou, outras, mais específicas, como o estudo de Nuno Severiano Teixeira sobre o *Ultimatum* inglês. Recorre-se ainda a visões da época, nomeadamente, transpostas na imprensa, como é o caso do jornal *O Protesto Operário*, ou escritos de intelectuais, como Luciano Cordeiro, Agostinho da Silva, ente outros. Estas fontes encontram-se disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional de Portugal.

O segundo momento do presente estudo pretende refletir sobre a vida de Jaime do Inso e a Marinha do seu tempo. Começará com o seu nascimento e contexto familiar. Quem era o seu pai e sua mãe? A que profissão se dedicava? Em que enquadramento nasceu o futuro oficial da Marinha portuguesa? O contexto familiar do seu nascimento, numa pequena vila do interior de Portugal, no distrito de Portalegre, não anunciavam o seu futuro enquanto oficial da Marinha portuguesa. Já teria, nesta altura, a ânsia pelo conhecimento do Oriente? Não se sabe, ao certo, quando terá rumado a Lisboa, apenas poderei realizar suposições. Esta é uma incógnita que ficará por esclarecer dado, como já foi referido, haver poucas fontes que tratem a fase inicial da sua vida e um perfeito desconhecimento desta figura na bibliografia.

Neste sentido, recorreremos a monografias sobre Nisa, como são exemplo as redigidas por José Francisco Figueiredo e José Dinis da Graça Mota Moura, bem como a informação constante no site da Direção-Geral do Património Cultural. No traçar da sua “herança” familiar foi igualmente imprescindível consultar aos registos de nascimento, casamento e óbito disponíveis para consulta no Arquivo Nacional Torre do Tombo, bem como no Registo Civil da Avenida Fontes Pereira de Melo.

Desenvolve-se, de seguida, a sua evolução na carreira, as várias viagens que fez ao serviço da Pátria e menciona-se o que sobre estes percursos escreveu. Refira-se que estas viagens permitiram-lhe não só desenvolver escritos de estilo literário, relatos de

viagens românticos e muitas vezes ficcionados, mas também lhe permitiram levar a cabo um outro tipo de obras, de cariz técnico. São estas que nos importa, neste momento, abordar, à luz do contributo científico, deixando novos saberes e conhecimentos sobre a Marinha, as suas práticas e atividades.

A partir do momento em que Jaime do Inso entra para a Marinha passamos a conhecer e conseguir seguir melhor o seu percurso de vida. Tal deve-se, sobretudo, aos registos concretizados por esta instituição no final do século XIX e no século XX que, ainda hoje, estão preservados e podem ser consultados.

Para seguirmos as viagens e o percurso de Jaime Correia do Inso na Marinha foi necessário consultar múltipla documentação de vários arquivos nacionais. Comece-se por referir os *Livros mestre* do Arquivo Histórico da Marinha que contêm informação acerca de Jaime entre os anos 1898 e 1958. Estes são indispensáveis para seguirmos a cronologia das missões de Inso e a sua duração, ainda que nem sempre nos forneçam informação relativa aos locais por onde passou. De facto, como se verá, são poucos os anos em que temos registos mais detalhados e em que sabemos, exatamente, em que geografia teve. Quantas viagens fez Inso ao serviço da Marinha portuguesa? Qual a sua duração? Por onde passou? E como evoluiu e progrediu na Marinha?

A par dos *Livros mestre*, no Arquivo Histórico da Marinha foi igualmente consultada informação avulsa referente a avaliações e promoções e progressões na carreira de Jaime do Inso, bem como a sua autorização para contrair matrimónio com D. Maria Amália Correia do Inso.

Refira-se, todavia, que a contextualização histórica desta parte do estudo é do maior interesse. Vivia-se, neste momento, a passagem da Monarquia Constitucional para a I República e, depois, desta para o Estado Novo. Como é que se processaram estas mudanças? Que reflexos tiveram na Marinha portuguesa? Adaptou-se Jaime Correia do Inso aos vários contextos políticos, conjunturas e transições em prol da Pátria? Terão os diferentes regimes tido algum tipo de reflexo no seu percurso na Marinha? Este foi, sem dúvida, um período conturbado para a nossa figura de estudo, para a instituição que integrava e, sobretudo, para o País.

No âmbito do desenvolvimento da contextualização histórica do final de Oitocentos e de Novecentos, recorre-se a obras gerais sobre a História de Portugal, como a de António Oliveira Marques já anteriormente referida e a de Veríssimo Serrão. Para refletir sobre a Marinha e a sua evolução no mesmo período, foram consultadas obras disponíveis na Biblioteca da Escola Naval e na Academia da Marinha. Destaque-se a obra de António José Telo, *História da Marinha Portuguesa Homens Doutrinas e Organização 1824-1974 (Tomo I)*.

Foi no contexto de viagem e enquadrado na sua vida como marinheiro que Jaime Correio do Inso escreveu obras técnicas e específicas que ainda hoje perduram. Algumas delas são ainda sobre o Oriente e sobre África. Embora as iremos referir atempadamente, podemos avançar que tratam temas como as deficiências da Armada segundo Jaime do Inso, o cálculo do raio de giração final, o Planetário de Marinha e estão inseridas nos ANAIS do Clube Militar Naval. Permitem-nos questionar como pensavam os marinheiros neste período? O que sentiam necessidade de desenvolver no contexto naval? O que os preocupava? Quais as soluções encontradas?

Por fim, a parte III da dissertação *Jaime Correia do Inso. Uma vida dedicada à Marinha e encantada pelo Oriente* tratará o Orientalismo deste oficial português. Iniciaremos com a descoberta do “novo mundo”, contextualizando historicamente o pioneirismo português no que diz respeito à sua expansão, fazendo de nós os primeiros a terem desenvolvido contatos com o Oriente. As nossas raízes em tais regiões são, efetivamente, muito anteriores à de outros impérios, como o britânico e o francês, podendo ajudar a justificar o gosto de Jaime do Inso por estes espaços. Para tal recorre-se, mais uma vez, à bibliografia já mencionada, bem como à *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e António de Oliveira Marques, no que diz respeito ao império português. Foram ainda feitas leituras, por exemplo, das obras de Marcel Trudel para o contexto francês, e da *Oxford History of the British Empire*, para o enquadramento do império colonial da Grã-Bretanha.

Esta contextualização histórica permitir-nos-á circunscrever ao Oriente e, com ele, ao campo de estudos e corrente de pensamento do Orientalismo. Tal será desenvolvido à luz da obra *Orientalism: Western conceptions of the Orient*, da autoria

de Edward W. Said, publicada no final da década de 1970 e que viria a ser um marco sobre o tema.

Mas, como se verá, o Orientalismo em Portugal não assumiu as características que Said identificou para a Grã-Bretanha, Espanha ou, até, para os Estados Unidos da América. Desenvolveu-se, antes, uma forma própria e particular de Orientalismo, a que damos o nome de Orientalismo português. Este foi estudado Everton V. Machado em *O orientalismo português e as Jornadas de Tomás Ribeiro. Caracterização de um problema*. Ainda que esta obra desenvolva o Orientalismo de Tomás Ribeiro, apresenta uma caracterização do conceito e das problemáticas em torno deste paradigma próprio e, em grande medida, diferente da proposta de Edward W. Said.

Abordado o Orientalismo e os particularismos do Orientalismo português, passa-se então a poder inserir Jaime Correia do Inso nesta corrente, à luz da sua produção literária, e designá-lo de orientalista. Remete-se para o seu espanto, admiração e deslumbramento por esta região e, sobretudo, pela China e por Macau. É a sua perspetiva do oriental e do Orientalismo, partindo do pressuposto de que esta é uma construção de quem observa e que nem todos os entendimentos são iguais. Como descrevia os espaços por onde passava? O que despertavam nele? Os livros produzidos por Jaime Correia do Inso encontram-se na Biblioteca Central da Marinha.

Todavia, não podemos deixar de colocar a hipótese dos escritos de Inso, uma vez que foram concretizados, na sua maioria, entre as décadas de 1920 e 1940 estarem embebidos numa ideologia colonialista, nacionalista e patriótica que viria a ser característica marcada do Estado Novo.

Aprofundaremos *O Caminho do Oriente*, dado ter sido a obra de Jaime Correia do Inso que um maior destaque teve. Ganhou um prémio e reflete, claramente, não só uma visão apaixonada inerente ao seu Orientalismo, como também traduz, em determinados segmentos, os princípios ideológicos do regime ditatorial que vivenciou durante grande parte da sua vida.





Figura 1 - Capitão-de-fragata Jaime Correia do Inso



## 1. O Portugal de Jaime

Jaime Correia do Inso, filho do carpinteiro José Correia do Inso e de D. Francisca da Graça Mendes Farinha, nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Graça, da vila de Nisa em 12 de outubro de 1880. Neste capítulo pretendo contextualizar o leitor nesta época atribulada e cheia de mudança que se vivia em Portugal, atribuindo especial ênfase aos acontecimentos que acredito que possam ter tido mais influência na escolha do percurso de vida de Jaime, não só na sua vida dedicada à Marinha, onde além de oficial desenvolveu estudos acerca de diversos assuntos de certa maneira ligados ao meio naval e que irei abordar posteriormente, mas também ao seu encanto pelo oriente. Não era aquela uma mudança tecnológica como a que se verifica nos dias de hoje e nos enche a cabeça de novidade, antes uma social e política que fez transbordar de emoções os corações orgulhosos dos homens portugueses que outrora navegaram “Por mares nunca de antes navegados”<sup>1</sup> e que entraram num novo século vergados à mais antiga aliada e com um sentimento de temor pela sobrevivência da nação dependente num império ultramarino abandonado.

Sentimento este que fez despoletar duas reações no coração do povo português de norte a sul do país: um ódio profundo a Inglaterra que se verificava numa vontade de vingança antibritânica e um ressurgir do fervor patriótico de Camões voltando a desejar ardentemente o império. No entanto, aliados a uma série de acontecimentos e a um regime de rotativismo político ineficaz, foram estes sentimentos os motivadores de uma desacreditação da monarquia paralela a um crescimento do ideal republicano que culminaria no sangrento 1 de fevereiro de 1908 e, posteriormente, na queda da monarquia. Mas foi também este mesmo sentimento que, no final do século XIX, num Portugal adormecido para o Império e paralelamente a um misto complexo de razões económicas e políticas, o fez acordar para os assuntos ultramarinos e para o projeto colonial que se passaria a tratar como uma missão soberana para recuperar e expandir o domínio das colónias além mar pois era necessário voltar a ansiar o Império Português!

---

1

## 1.1. Os Jogos do Poder Europeu em África

Com o rebentar da segunda revolução industrial na segunda metade do século XIX, surgiram novas potências internacionais na Europa como a Alemanha e a Itália, que em simultâneo com as antigas Inglaterra e França, num acelerado desenvolvimento, rapidamente se depararam com uma situação de excesso de liquidez financeira e falta de mercado para dar continuidade ao aumento da riqueza. Para além do capital que sobejava, a carência das matérias primas características desta altura, o ferro, o aço e o carvão, e a sua extração limitada nos territórios europeus constou alvo de estudo e discussão entre as potências. Não seria uma solução viável o alargar das próprias fronteiras visto que qualquer tentativa de expansão territorial na Europa seria assunto tão delicado que apenas a sua discussão poderia gerar um conflito internacional, como dois vizinhos que decidem onde colocar a vedação que separa os limites do jardim de cada um havendo uma árvore de fruto ao meio. Era, portanto, necessária a mudança do espaço sobre o qual se jogavam os poderes do equilíbrio europeu para zonas fora dos seus limites.

Restava então olhar para lá do horizonte do conhecido e proibido da Europa e arranjar maneira de fazer chegar os preciosos recursos às suas nações. Aliado a estas circunstâncias ainda outro motivo económico:

“Os grandes investimentos colocam em risco as grandes massas de capitais em jogo, o que impõe uma programação económica dos recursos que exige um conhecimento geográfico e geológico dos terrenos, impossível sem a ocupação efetiva dos territórios.”<sup>2</sup>

Estava traçado o futuro papel do continente africano, considerado *Res Nullius*<sup>3</sup> no prisma jurídico, na política externa europeia, seria o cenário para o qual o póquer de interesses seria trasladado e onde se apostaria, em vez de dinheiro, o metro quadrado.

---

<sup>2</sup> Nuno Severiano Teixeira, *Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês*, s.l., 1987, p. 688.

<sup>3</sup> Do latim, coisa de ninguém ou coisa sem dono.

Para Portugal esta situação não era favorável pois iria pôr em causa a manutenção das suas colónias de Angola e Moçambique, cuja posse se acreditava ser a razão principal da garantia do império tal como escreviam os socialistas no jornal *O Protesto Operário* acerca de Portugal , que “(...) só quando se viu perdido, é que volta para a África a sua vista desolada, procurando nela a salvação”<sup>4</sup>, e sem as quais a própria nação estaria em risco de ser aglomerada por Espanha, gerando o sentimento de temor anteriormente referido.

Começavam a surgir, em todas as capitais europeias, sociedades de geografia com o objetivo de promover o conhecimento geográfico e familiarizar a opinião pública com a questão colonial. À semelhança daquilo que se repetiu vezes sem conta na história do ser humano sedentário com ambição de expansão territorial, um dos motivos atribuídos às missões destas sociedades seria a ação religiosa evangelizadora, neste caso entre a rivalidade católica e protestante, que criando missões desse carácter traziam notícias para a europa sobre as gentes e a terra africanas sensibilizando o senso comum das potências industriais acerca da nova justificação que surgiria, aumentando o interesse pelo continente africano, e abriria caminho à colonização. Esta era a das organizações abolicionistas<sup>5</sup> que não se mantiveram alheias a todo este movimento aproveitando a boleia para atuar direta e incisivamente na luta pela abolição total da escravatura atuando contra o tráfico de escravos entre os portos africanos e a América<sup>6</sup>. As primeiras expedições desta nova era da história africana devem-se ao missionário inglês *David Livingstone*, mais conhecido apenas pelo seu apelido, que entre os anos 1840 e 1873 reconheceu o curso do rio Zambeze, o lago Niassa e o lago Tanganica até à nascente do Zaire<sup>7</sup>. Todavia, quase um século antes, entre 1785 e as novas extensas

---

<sup>4</sup> «A questão do Zaire», *O Protesto Operário*, 1883, Lisboa e P.

<sup>5</sup> O abolicionismo foi um movimento político que visou a abolição da escravatura e do comércio humano para esse fim, especialmente de africanos. Desenvolveu-se no século XVIII e constituiu, no seguinte, uma das formas de ativismo político mais consideráveis.

<sup>6</sup> Luciano Cordeiro, *Questões Histórico-Coloniais*, 1ª., Lisboa, Agência Geral das Colónias.

<sup>7</sup> Henry Hamilton Johnston, *Livingstone and the Exploration of Central Africa*, Londres, George Philip, 1891 ; Agostinho da Silva, *As Viagens de Livingstone*, Cadernos d., Lisboa, Famacção «Minerva», 1944.

explorações de Capelo e Ivens (integradas nesta nova fase da história africana que referi anteriormente), existem documentadas doze expedições portuguesas na faixa territorial entre Angola e Moçambique. Estas serviriam, mais tarde, para a defesa dos direitos históricos (os quais abordarei posteriormente) que Portugal usaria para reclamar soberania sobre as suas posses e pretensões em África<sup>8</sup>.

Em Portugal, para não destoar do resto da Europa, foram constituídas duas instituições: a Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875, e a Comissão Central Permanente de Geografia (CCPG), em 1876; a primeira tinha sido criada por iniciativa privada, ao passo que a segunda funcionava na dependência do governo. Foi Luciano Cordeiro, um dos nomes mais importantes na política colonial e conhecimento da geografia dos territórios ultramarinos que ainda jovem viu o seu sonho de se tornar oficial de Marinha arruinado devido a um problema de saúde quando já era Aspirante, um dos sócios fundadores e Secretário Perpétuo da privada, e secretário da pública. No ano em que nasceu Jaime do Inso, a CCPG foi integrada na Sociedade de Geografia<sup>9</sup>. Tal como explica Severiano Teixeira no seu trabalho de análise social de Portugal em 1890 e no seu livro *O Ultimatum Inglês - Política externa e política interna no Portugal de 1890*,

“O caso português parece, a este título, exemplar. Misto complexo de razões económicas e políticas, o projecto colonial português assume-se historicamente como “missão nacional”. É a “vocação colonial” portuguesa, presente desde os ideólogos da Sociedade de Geografia – Luciano Cordeiro (...)”<sup>10</sup>,

---

<sup>8</sup> N. Severiano Teixeira, *Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês*, p. 689.

<sup>9</sup> António Costa Canas, *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, [http://dichp.bnportugal.pt/imagens/Cordeiro\\_Luciano.pdf](http://dichp.bnportugal.pt/imagens/Cordeiro_Luciano.pdf), (consultado a 10 de Agosto de 2019).

<sup>10</sup> Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês - Política externa e política interna no Portugal de 1890*, s.l., 1990, p. 40 ; N. Severiano Teixeira, *Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês*, p. 689.

era necessário voltar as atenções e esforços do país para o império ultramarino. Estava em risco a soberania de Portugal em África, a independência do país, a sobrevivência da Pátria Lusitana!

Os processos de ocupação territorial até 1875, no âmbito do direito internacional, eram muitas vezes regulados pelo princípio dos direitos históricos, mas era Portugal quem mais recorria a uma argumentação neles baseada sendo o país colonizador mais débil em termos militares, económicos e de mão-de-obra<sup>11</sup>, impossibilitando uma presença efetiva nas áreas reclamadas. Portugal alegava com base na sua ação pioneira em África onde o “método português preferido consistia na incorporação das autoridades indígenas, por actos de vassalagem;”, portanto, sem ocupação real do território exceto “quando a actividade missionária ou comercial era gravemente dificultada ou impedida, e a rebelião se caracterizava, é que intervinham forças militares portuguesas” que, na maior parte dos casos, substituíam as autoridades indígenas locais por outras autoridades, também indígenas sabidas amigas de Portugal<sup>12</sup>. Foi segundo este princípio que se resolveram as primeiras questões coloniais a nível de disputa territorial no continente africano que punham em causa a soberania portuguesa.

Era deste panorama político de onde iriam surgir os projetos coloniais em África. Portugal, que tanto controlava territórios banhados pelo Atlântico como pelo Índico, aspirava ao domínio do espaço que os uniria na África central de Angola à contracosta<sup>13</sup>, também conhecidos pela expressão África Meridional Portuguesa ou África Austral. Este desejo materializou-se, posteriormente, na elaboração do famoso Mapa Cor-de-rosa que recebe o seu nome devido à cor da zona de influência na sua representação gráfica, a cor-de-rosa, e que o tornaria célebre.

---

<sup>11</sup> António de Oliveira Marques, *História de Portugal. Volume II. Do Renascimento às Revoluções Liberais*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 217.

<sup>12</sup> Manuel Múrias, *Portugal: Império 1939*, Lisboa, Livraria Clássica, 1939, p. 228.

<sup>13</sup> Hoje corresponderiam à Zâmbia, Zimbabué e Malawi.

Os problemas para o sonho lusitano complicam-se quando, em 1876, na Conferência de Bruxelas<sup>14</sup>, são abordados e criticados os direitos históricos dos portugueses. Assunto este que evoluiu durante essa década até à Conferência de Berlim<sup>15</sup> cuja resolução de maior relevo para a Pátria ultramarina foi declaração relativa às condições obrigatórias que as nações deveriam cumprir para que as novas ocupações no continente fossem consideradas válidas, condições estas que implicariam, a partir de então, a ocupação efetiva dos territórios em questão. Surgia o “princípio da ocupação efetiva” em contraposição do “princípio dos direitos históricos”. Foi também nesta conferência que os ingleses ficaram a saber acerca do projeto da África Meridional Portuguesa<sup>16</sup>, o que iria provocar, mais tarde, um grave incidente com a Inglaterra.

## 1.2. Cecil Rhodes e a Implacável Aliada

Paralelamente, soberanos na África do Sul os Ingleses também queriam a sua fatia do bolo da expansão colonial e seria o implacável Cecil Rhodes, o grande encorajador da expressão “do Cabo ao Cairo”<sup>17</sup>, a cabeça do imperialismo inglês que iria

---

<sup>14</sup> Em 1876, a Alemanha e a França convocam, em Bruxelas, com a autorização do rei Leopoldo II da Bélgica, uma conferência geográfica dedicada a África, à sua repartição territorial e à luta contra o tráfico de escravos que nela acontecia, que contou os representantes de vários países, de entre os quais Portugal não fazia parte por não ter recebido convite.

<sup>15</sup> Conferência geográfica convocada, sob sugestão portuguesa, pelo chanceler alemão Bismarck, que contou com a participação de 13 países europeus e os Estados Unidos com o intuito de organizar e decidir sobre a ocupação de África especialmente sobre a disputa pelo Congo (onde estavam incluídos a Bélgica, França, Portugal e Inglaterra). Teve início a 15 de novembro de 1884 e terminou dia 26 de fevereiro de 1885. Leia-se Armando Marques Guedes, *A Aliança Inglesa*, Lisboa, O Jornal do Comércio e das Colónias, 1938, p. 319 e António Rita Martins, *O Mapa Côr de Rosa e a Aliança Inglesa - O Ultimatum*, Lisboa, 1956, p. 10.

<sup>16</sup> Não utilizo o nome “mapa cor-de-rosa” pois essa denominação só surge mais tarde, sendo que encontrei duas explicações diferentes para a sua origem: para a primeira, em 1886 quando foi publicado em anexo ao tratado luso-alemão de 1886 que tratava sobre os limites e territórios das duas nações, leia-se M. Múrias, *Portugal: Império 1939*, p. 229; para a segunda, em 1885 no âmbito dos tratados luso-franceses que estipulariam os limites na Guiné, leia-se A. Rita Martins, *O Mapa Côr de Rosa e a Aliança Inglesa - O Ultimatum*, p. 16–17.

<sup>17</sup> A. Rita Martins, *O Mapa Côr de Rosa e a Aliança Inglesa - O Ultimatum*, p. 10 ; Eduardo Brazão, *Portugal no Continente Africano - A Questão Colonial Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, 1935, p. 69.



entrar “(...) na política simplesmente para salvaguardar os interesses do capitalismo”<sup>18</sup> Inglês na África do Sul.

Aos 27 anos, em 1880 (ano em que nasceu Jaime do Inso), Rhodes era eleito no parlamento como membro da Cape House of Assembly<sup>19</sup> for Barkly West<sup>20</sup> e mudara-se para a Cidade do Cabo para assumir o seu lugar representando os *Diamond Diggers*<sup>21</sup>. Oito anos depois, o grande instrumento de ambição capitalista de Rhodes e fundado pelo próprio, a *British South Africa Company*, que tinha como objetivo a exploração comercial da África Central do Sul levando para lá “infraestruturas do capitalismo moderno (incluindo caminhos de ferro) (...) para o benefício dos Britânicos mas sem que os custos recaíssem sobre o contribuinte Inglês” como a construção dum caminho férreo de Kimberley ao rio Zambeze<sup>22</sup> que seria o início da tentativa de união e controlo Inglês de territórios africanos do Egipto à África do sul, recebe em Novembro, personalidade jurídica e poderes majestáticos através de carta régia da Rainha Vitória<sup>23</sup>. Rhodes, outrora apenas um homem de negócios, graças à sua astúcia e grande inteligência, tornara-se num homem muito poderoso no continente Africano, tão importante que e rapidamente pressionou o governo britânico para que este impusesse uma resposta ao obstáculo que tornara inexequível o seu projeto do Cabo ao Cairo: o sonho do Império Lusitano, o Mapa Côr de Rosa<sup>24</sup>.

---

<sup>18</sup> Francisco Alves de Azevedo, *Cecil Rhodes e o Mapa Côr de Rosa*, Lisboa, 1930, p. 21.

<sup>19</sup> Uma *House of Assembly* é um órgão legislativo Inglês característico das colónias.

<sup>20</sup> *Barkly west* é uma aldeia na margem do rio Vaal que recebe o seu nome do governador da colónia do Cabo Sir Henry Barkly em 1870 quando este decide realizar uma visita às escavações de diamantes que ali existiam e haviam criado uma grande comunidade de exploradores dessa preciosa pedra.

<sup>21</sup> Gordon Le Seur, *Cecil Rhodes*, s.l., 1913, p. 61 ; F. Alves de Azevedo, *Cecil Rhodes e o Mapa Côr de Rosa*, p. 7.

<sup>22</sup> *Encyclopedia Britannica*, <https://www.britannica.com/place/Zimbabwe/The-British-South-Africa-Company>, (consultado a 10 de Agosto de 2019).

<sup>23</sup> G. Le Seur, *Cecil Rhodes*, p. 105.

<sup>24</sup> N. Severiano Teixeira, *Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês*, p. 693.

“Rhodes serviu-se dos seus vastos conhecimentos, das suas invulgares aptidões de estadista, do seu sentido de oportunidade, para nos arrancar violentamente aquilo que à luz do direito jamais lhe pertenceria”<sup>25</sup>

Aqui, Alves de Azevedo, transparece aqueles que foram os sentimentos do povo português que se sentiu traído, angustiado e desolado, face às ações hostis da Inglaterra que tiveram o seu expoente máximo no dia 11 de janeiro de 1890. Assim chegava a Portugal um memorando dirigido ao governo, da parte do Lord Salisbury<sup>26</sup>, era o Ultimato Britânico:

“What Her Majesty's Government require and insist upon is the following: that telegraphic instructions shall be sent to the governor of Mozambique at once to the effect that all and any Portuguese military forces which are actually on the Shire or in the Makololo or in the Mashona territory are to be withdrawn. Her Majesty's Government considers that without this the assurances given by the Portuguese Government are illusory.

Mr. Petre [the English Minister in Lisbon]<sup>27</sup> is compelled by his instruction to leave Lisbon at once with all the members of his legation unless a satisfactory answer to this foregoing intimation is received by him in, the course of this evening, and Her Majesty's ship Enchantress is now at Vigo waiting for his orders”<sup>28</sup>

Foi assim que, imediatamente, caiu por terra o sonho cor-de-rosa de Luciano Cordeiro e de Portugal.

---

<sup>25</sup> F. Alves de Azevedo, *Cecil Rhodes e o Mapa Côr de Rosa*, p. 15.

<sup>26</sup> Primeiro ministro Inglês, e último primeiro ministro da House of Lords.

<sup>27</sup> Conferi a informação de que George Glynn Petre era, de facto, aquilo que Teresa Pinto Coelho acrescenta em parenteses retos em E. Brazão, *Portugal no Continente Africano - A Questão Colonial Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX*, p. 81.

<sup>28</sup> Teresa Pinto Coelho, *VI - Lord Salisbury's 1890 Ultimatum to Portugal and AngloPortuguese Relations*, Lisboa, 2012, p. 1.

Reuniu-se o conselho de Estado nesse mesmo dia, presidido pelo rei D. Carlos, e apesar das opiniões não serem consensuais relativamente á posição a tomar frente às imposições inglesas, saiu elaborado um comunicado que, sucintamente, dizia que Portugal, por forma a não destruir completamente as relações com a sua aliada, cederia enviando as respetivas ordens para Moçambique, mas reclamando o seu direito soberano sobre os territórios de que se tratava e solicitando arbitragem com base num dos artigos da Conferência de Berlim<sup>29</sup>.

### 1.3. A Emergência do Nacionalismo Radical

Não considero ser do interesse para o presente trabalho maçar o leitor com uma análise detalhada dos processos políticos e diplomáticos que se seguiram, que só chegariam a consenso em 28 de maio de 1891 com a assinatura dum acordo pós Ultimato com a Inglaterra 9 meses depois de não ter sido ratificado o tratado de 20 de agosto<sup>30</sup>. É sim, muito importante para compreender a mentalidade da altura, assunto se servirá de suporte para futuras suposições acerca de Jaime do Inso, a análise do *Ultimatum* do ponto de vista social e das repercussões que gerou na opinião pública em todo o país. É acerca disso que escrevo nas próximas linhas.

O primeiro reflexo foi no governo, que ao aceitar as imposições do memorando, demite-se. Cria-se uma atmosfera inundada de ardor nacionalista onde Camões é coroado herói da nação e feito símbolo do seu esplendor histórico da Pátria outrora gloriosa em contraste à decadência a que o país se tinha subjugado<sup>31</sup> (segundo o povo, burro e bruto, culpava-se monarquia pela situação em que o país se tinha encontrado, mal saberiam que D. Carlos teria sido um excelente diplomata e feito os possíveis para

---

<sup>29</sup> N. Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês - Política externa e política interna no Portugal de 1890*, p. 62 ; E. Brazão, *Portugal no Continente Africano - A Questão Colonial Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX*, p. 83 ; A.M. Guedes, *A Aliança Inglesa*, p. 323.

<sup>30</sup> Para mais informação acerca das negociações após o Ultimato, leia-se E. Brazão, *Portugal no Continente Africano - A Questão Colonial Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX*, p. 84-94.

<sup>31</sup> N. Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês - Política externa e política interna no Portugal de 1890*, p. 79.

aligeirar as imposições britânicas elaborando o tratado de 20 de agosto que não foi ratificado devido à opinião pública não estar de acordo; além disto, D. Carlos devolveu as condecorações que lhe tinham sido concedidas pela Inglaterra e recusou as que estavam por receber<sup>32</sup>).

De norte a sul, o país transpirava um suor de fortes emoções patrióticas, de revolta e de ódio que se desenrolaram numa grande quantidade de exaltações nas mais variadíssimas arenas, na literatura, na escultura, na imprensa, nos estabelecimentos de ensino, na música, na política, entre outras. Para iniciar a enumeração de algumas das demonstrações dos sentimentos que marcaram este período na nossa história transcrevo o célebre artigo do jornal *Ultimatum*, escrito pelo estudante de medicina em Coimbra, António José de Almeida - que mais tarde se tornaria Presidente da República - e que lhe custaria 3 meses de prisão. *Bragança, o Último*<sup>33</sup>.

“Não se encontra em ponto algum do país um único homem, ou seja, católico ou protestante, monárquico ou republicano, padre ou secular, bacharel ou sacristão, ou faça parte da nobreza ou pertença à plebe, que perante a lei não seja responsável. Donde se conclui que El-Rei D. Carlos de Bragança não é um homem! (...) Donde se conclui que El-Rei D. Carlos de Bragança é um animal! (...) Entendo, pois, que o melhor será, quando os canhões começarem aos urros e quando o sangue principiar a correr, metê-lo numa das gaiolas centrais do Jardim Zoológico, fazer-lhe aí uma cama de palha e deixá-lo ficar muito tranquilo e muito descansado.”

Foram apedrejadas casas de membros do conselho e falou-se acerca dum ataque ao palácio de Belem<sup>34</sup>. A estátua de Camões, no Largo que carrega o seu nome, no

---

<sup>32</sup> E. Brazão, *Portugal no Continente Africano - A Questão Colonial Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX*, p. 84.

<sup>33</sup> *Presidência da República Portuguesa*, [www.presidencia.pt/?idc=13&idi=32](http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=32), (consultado a 31 de Agosto de 2019).

<sup>34</sup> E. Brazão, *Portugal no Continente Africano - A Questão Colonial Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX*, p. 84 ; N. Severiano Teixeira, *Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês*, p. 705.

Chiado, foi coberta com crepes<sup>35</sup>. O consulado Britânico é apedrejado e arranca-se-lhe o escudo Inglês arrastando-o pelas ruas<sup>36</sup>. Os jovens académicos de Coimbra voluntariaram-se para criar um batalhão em apoio ao império e, através das associações académicas convidam a juventude liceal de todo o país a fazer o mesmo, razão que me leva a crer que Jaime do Inso, estudando em Portalegre, tivesse tido um contacto com estes assuntos muito cedo<sup>37</sup>. Por todo o país se alastrava este aparato patriótico! “A Portuguesa” escrita por Henrique Lopes de Mendonça adotada posteriormente como Hino Nacional, que “contra os Bretões marchar, marchar!”. A “cínica Inglaterra”, a “bêbeda imprudente” como descreve Guerra Junqueiro no *Finis Patriae*. O penico “John Bull” em cerâmica de Bordalo Pinheiro. Hintze Ribeiro troçado aquando da leitura do texto do tratado de 20 de agosto no Parlamento<sup>38</sup>. A revolução do 31 de janeiro de 1891<sup>39</sup>. A Subscrição Nacional a Favor da Defesa do País, criada para angariar fundos para renovar a frota da Armada com o fim de atuar a nível ultramarino e com os quais se comprou, por exemplo, o cruzador Adamastor, e na qual participaram, de norte a sul do país, as classes operárias, autoridades locais, associações profissionais, professores, carteiros, alfaiates, etc. Também os militares da Armada, fossem praças, sargentos ou oficiais se comprometeram a doar um ordenado mensal para a Subscrição<sup>40</sup>.

Eis que, após estas poucas páginas escritas que tentam resumir um dos períodos mais controversos da nossa história lusitana analisando, sem entrar em extremo detalhe, só os aspetos que considereei serem de maior relevo para o objeto desta dissertação deixando muito por dizer devido a várias limitações mas, sobretudo, à minha condição humana, finalmente atinjo o intuito deste capítulo, justificando, a meu ver, a decisão de Jaime Correia do Inso pela nobre arma naval através daquilo que descrevo

---

<sup>35</sup> Faixa de tecido preto usado em sinal de luto.

<sup>36</sup> N. Severiano Teixeira, *Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês*, p. 705.

<sup>37</sup> Não me alongo neste assunto pois irei abordá-lo posteriormente.

<sup>38</sup> A.M. Guedes, *A Aliança Inglesa*, p. 324.

<sup>39</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal vol. X*, s.l., 1988, pp. 33–37.

<sup>40</sup> N. Severiano Teixeira, *Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês*, p. 707–708.

como a emergência do nacionalismo radical. Este fenómeno, marcadamente imperialista foi capaz de gerar mobilização e, sobretudo, consciencialização popular a nível nacional de que era urgente olhar além mar e defender o império ultramarino. Raro seria o português que não teria o sentimento de ânsia nacional, sofrendo, à flor da pele, com a condição a que o país chegara.

De que maneira poderia contribuir um jovem de 10 anos (à data do ultimato) que teria crescido a ouvir as histórias das colónias e das suas grandes explorações, mas que agora as sentira ameaçadas? Qual seria o melhor caminho para curar a Pátria da ferida aberta pela Inglaterra?

Apesar de não poder ignorar o facto de que outras possíveis conjeturas ideológicas tenham resultado na decisão de Jaime, tal como a da Marinha ser uma carreira segura em termos monetários, assegurando a segurança que um salário garante. acredito que a vocação militar e a sua escolha pela Armada tenham surgido como resposta a estas questões, num rapaz inundado pela emergência do nacionalismo radical que opta por seguir uma carreira na ferramenta do império, que ligava Portugal continental ao ultramar, prestando serviço na luta pela defesa da sua família, da sua terra e da sua Pátria!

## 2. A vida de Jaime Correia do Inso

Jaime Correia do Inso nasceu a 12 de outubro de 1880, pelas 10 horas da manhã, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, no concelho da “Mui Notável”<sup>41</sup> Vila de Nisa, distrito de Portalegre. Seria batizado passado oito dias na Igreja Matriz de Nisa<sup>42</sup>.

### 2.1. Desde Nisa até à “Pátria”

Era filho de José Corrêa Inso e D. Francisca da Graça Mendes Farinha. O seu pai, carpinteiro de profissão (embora à data do casamento de sua filha, 1919, e no seu registo de óbito fosse registado como empregado reformado<sup>43</sup>), era natural da freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Alter do Chão, pertencente à diocese de Elvas. Terá nascido no ano de 1847, contraindo matrimónio com D. Francisca da Graça Mendes Farinha em 1880, cerca de 7 meses antes de nascer o primogénito Jaime. Esta, era natural da freguesia do Espírito Santo, pertencente ao município de Nisa, onde Jaime Correia do Inso viria a nascer e onde o casal residia no Largo da Igreja de Nossa Senhora da Graça. Este casal teve ainda uma outra filha, Rita da Graça Inso, que viria a ter a profissão de professora, a qual desenvolveu em Lisboa<sup>44</sup>.

Note-se que tanto Rita como Jaime acabaram por exercer em Lisboa, o que me trouxe alguma intriga. Foi quando me deparei com a informação de que os seus pais residiam na freguesia de Sta. Catarina em Lisboa à altura do casamento de Jaime, que

---

<sup>41</sup> Título que D. João I atribui à vila de Nisa devido à sua importância estratégica na defesa da soberania portuguesa no território. José Francisco Figueiredo, *Monografia da Notável Vila de Nisa*, Sintra, 1956 ; José Dinis da Graça Mota Moura, *Memória Histórica da Notável Vila de Nisa*, Lisboa, 1982 ; Direção-Geral do Património Cultural, *Património Cultural*, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70113>, (consultado a 3 de Agosto de 2019) .

<sup>42</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Registos de nascimento, Portalegre, Nisa, Nossa Senhora da Graça, 1878-1882, liv. 15b.

<sup>43</sup> Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo.

<sup>44</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Registos de nascimento, Portalegre, Nisa, Nossa Senhora da Graça, 1878-1882, liv. 15b.

me apercebi que se poderiam ter mudado para Lisboa quando Inso entrava na Escola Naval, em 1899, o que também poderia justificar a razão pela qual a profissão de José, à data do casamento de sua filha Rita, em 1919, aparecia como empregado reformado, pois uma vez em Lisboa ter-se-ia dedicado a outra ocupação que não a carpintaria.

Ao procurar informação sobre a profissão de carpinteiro nesta época deparei-me com um pequeno estudo de Maria Antónia Pires de Almeida<sup>45</sup>, doutorada em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE,IUL e especializada em assuntos de poder local que afirma que era frequente estes artesões trabalharem na vila, com oficina própria, deslocando-se às lavouras para realizar trabalhos temporários mas que também existia a possibilidade do carpinteiro ser empregado numa casa agrícola. Qualquer uma destas hipóteses me parece viável, no entanto, o facto de aparecer como empregado reformado leva-me a crer que a última seria a mais plausível e se assim fosse, Jaime não passaria muito tempo com seu pai pois o trabalho implicaria longas jornadas no monte, longe da vila.

Relativamente a sua mãe e apesar de aparecer em todos os registos com o tratamento de “Dona”, à semelhança do que acontece com seu pai, não consigo tirar ilações absolutas sendo que este tratamento caiu num processo de banalização a partir do século XVII e no século XVIII já não distinguia apenas senhoras de famílias nobres ou da fidalguia. No entanto não deixava de um fator de distinção social o que me leva a crer que tendo nascido, casado e vivido em Nisa, D. Francisca fosse uma senhora educada que seria reconhecida, na vila, como uma senhora merecedora de respeito.

Olhando para este panorama familiar suponho que seria a mãe de Jaime que teria investido mais no cultivo da mente do seu filho, sendo que o seu pai não seria muito dado às ideias, e que provavelmente lhe teria inserido no mundo da literatura que mais tarde viria a ser tão evidente na sua vida levando-o a escrever longas páginas acerca do Oriente.

---

<sup>45</sup> Aqui deixo o link do perfil público desta senhora, disponibilizado pelo Instituto Universitário de Lisboa, <https://ciencia.iscte-iul.pt/authors/author-public-page-2150/pdf>.



Desconhece-se a fase inicial da sua vida. Mas dado que integrou as Forças Armadas no distrito de Portalegre, provavelmente, aí terá passado os seus primeiros anos até incorporar a Marinha.

Terá frequentado a escola local? Tudo indica que sim: em 1970 foi criada a Escola Preparatória de Nisa que em 1985 se passaria a chamar C+S e que por falta de espaço para o número de alunos elevado se mudou para um novo edifício onde se encontra a atual Escola Básica e Secundária Professor Mendes dos Remédios<sup>46</sup>. Segundo os sistemas de mapeamento e estradas atuais, o caminho de casa à escola seriam 15 minutos andando o que torna perfeitamente possível que Jaime tivesse sido aluno neste estabelecimento.

No ano em que nasceu, em 1880, Luciano de Castro levava a cabo uma reforma no ensino liceal. Pretendia que houvesse uma difusão dos conhecimentos gerais indispensáveis a todas as carreiras e situações sociais e que, simultaneamente, os jovens estivessem preparados para serem admitidos em escolas de ensino superior ou de cursos técnicos. Foi neste último âmbito que se separou o designado curso complementar em dois – enquanto num se aprenderia letras, noutra ciências<sup>47</sup>. Seria a base do sistema ainda hoje vigente de diferenciação por área científica.

Luciano de Castro estendeu ainda o ensino a várias regiões, estabelecendo três tipos de institutos – os liceus nacionais centrais (em Lisboa, Porto e Coimbra), os liceus nacionais (um em cada capital de distrito) e as escolas municipais secundárias (nas terras mais importantes, fora de sedes dos distritos)<sup>48</sup>. Que tipo de instituto frequentaria Jaime do Inso? Deslocar-se-ia a Portalegre para o fazer? A inexistência de alguma escola

---

<sup>46</sup> *Agrupamento de Escolas de Nisa*, [http://www.escolasdenisa.org.pt/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=107&Itemid=639](http://www.escolasdenisa.org.pt/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=107&Itemid=639), (consultado a 31 de Agosto de 2019).

<sup>47</sup> Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal : desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar - Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gubenkian, 1986.

<sup>48</sup> *Ibid.*

municipal secundária em Nisa e arredores<sup>49</sup> tornava o liceu nacional de Portalegre o estabelecimento de ensino mais próximo, lugar onde se administrava o curso complementar.

De facto, muitas questões ficam por esclarecer nessa fase inicial da sua vida. Sabemos que, com 18 anos, a 11 de agosto de 1898 assentou praça como voluntário para servir durante 12 anos entrando, nesta altura, para as Forças Armadas<sup>50</sup>. Passou a pertencer, então, à Infantaria 22, em Portalegre<sup>51</sup>. Verifica-se, que durante esta fase inicial da sua vida, permanecia na região de onde era natural.

Terá sido quando foi transferido para o serviço da Armada, em outubro de 1899, que terá rumado a Lisboa, enquanto Aspirante de Marinha motivado pelas razões já mencionadas anteriormente. Na capital terá frequentado a Escola Naval entre 1899 e 1903 terminando com uma cota final de 12,3 valores<sup>52</sup>. Durante o curso realizou embarques a bordo da corveta Duque da Terceira, da fragata D. Fernando, dos cruzadores Vasco da Gama, D. Carlos e Adamastor<sup>53</sup>.

Vir-se-ia a dedicar e a progredir na carreira no seio da Marinha. Em 1903 passou a Guarda-Marinha e, três anos depois, para Segundo-tenente. Em 1915 seria Primeiro-tenente e, quatro anos depois Capitão-tenente. Em 1935 tornar-se-ia Capitão-de-fragata, posto com o qual terminaria a sua carreira.

Acompanhando a sua carreira na Marinha, no quadro pessoal terá casado com D. Maria Amália Corrêa do Inso, em 30 de agosto de 1906 com quem foi viver para a freguesia do Sacramento. Deste matrimónio nasceriam dois filhos e uma filha. A rapariga era a mais velha, tendo nascido a 19 de janeiro de 1914 e recebido o nome Maria Estela

---

<sup>49</sup> J.F. Figueiredo, *Monografia da Notável Vila de Nisa*.

<sup>50</sup> *Livro Mestre dos Oficiais da Marinha, letra F*, s.l., p. 194.

<sup>51</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Vol. 6*, s.l., Lisboa Rio de Janeiro, 1987.

<sup>52</sup> Arquivo Histórico da Marinha, Processos individuais de oficiais, Classe Marinha, Caixa “X”, Correia do Inso, Jaime, 14 de junho de 1906.

<sup>53</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Vol. 6 ; Livro Mestre dos Oficiais da Marinha, letra F*.

Correia do Inso. Viria a falecer bastante nova, com apenas nove anos. Já o primeiro rapaz, Jaime Augusto Correia do Inso, nasceu a 28 de março de 1915 e, o segundo, Álvaro Augusto Correia do Inso, a 27 de julho de 1918<sup>54</sup>.

Nos anos anteriores à sua entrada na Escola Naval, a Marinha encontrava-se em plena disputa pelos territórios africanos com as potências europeias numa tentativa de resposta às novas regras de ocupação efetiva. O esforço naval concentrava-se nos acessos ao lago Niassa onde, mais precisamente no Tungue, chega a haver uma esquadra de 8 navios portugueses. Este *modus operandi* era um indício claro do receio de atuação da marinha inglesa. Teria sido, inclusivamente, pela ação direta da Armada no apoio às expedições realizadas por Barros Gomes em Moçambique que, se detia o ataque dos Makololos, que seria o motivo concreto que deu lugar ao Ultimato. Iniciava-se assim uma época complicada para a Marinha. Receavam-se as incursões ordenadas por Cecil Rhodes que chegaram a acontecer, mas foram impedidas pelos nossos navios<sup>55</sup>.

Surgiam várias emergências no Império pós Ultimato que obrigaram a recorrer aos poucos meios navais que se possuíam. Foram “estes constantes pedidos para apagar fogos, em todos os continentes e quadrantes” que fizeram com que, entre 1890 e 1895 entrassem ao serviço da Armada “três canhoneiras, dezoito lanchas-canhoneiras e cinco vapores” que imediatamente se enviaram para Moçambique<sup>56</sup>.

Em termos continentais a Armada estava adormecida e neste período apenas se notam algumas envolvências significativas: a divisão da costa portuguesa nos departamentos Norte, Centro e Sul com capitânias nos Açores e Madeira; o envio duma força para Leixões em resposta à revolução do 31 de janeiro de 1891, para julgar os participantes; a participação nas comemorações e manifestações da ostentação

---

<sup>54</sup> Conservatória do Registo Civil Lisboa, Assento de Nascimento nº 2889 do ano de 1918.

<sup>55</sup> António José Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens Doutrinas e Organização 1824-1974 (Tomo I)*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, pp. 186–187.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 188.

nacionalista<sup>57</sup>. Um ano antes de Inso assentar praça, em 1897, a Marinha possuía uma estrutura primitivamente simples que refletia a falta de organização da política naval, estava dividida na Majoria General da Armada e na Direção-Geral da Marinha sendo que entre estes dois órgãos se deveriam ver abrangidos todos os assuntos de carácter militar naval<sup>58</sup>.

Nesta altura ainda era a Marinha que garantia a força utilizada nas campanhas de pacificação em Moçambique, mas, a partir de 1895, a tendência seria que passasse a ser o exército a efetivar essa presença<sup>59</sup>.

Seria este o contexto naval que Jaime do Inso sentiria nos primeiros anos da sua carreira, como aspirante na Escola Naval e como Guarda-marinha. Teria sido este panorama pouco digno, motivo de desânimo para Jaime do Inso? Ou teria tido o efeito contrário?

Terminados os estudos na Escola Naval, tem um início de carreira bastante marcante para o homem, marinheiro e escritor em que se viria a tornar. Entre 10 de outubro de 1903 e 1 de fevereiro de 1904 realiza, a bordo do navio de transporte África, uma viagem às estações navais<sup>60</sup> (segundo o que está escrito no livro mestre F, que não especifica a quais exatamente), provavelmente, dirigindo-se para as colónias pois era frequente, tendo em conta a situação crítica do Ultramar, a necessidade de transportar recursos humanos e materiais para os territórios, tarefa da qual a Armada se encarregava. Seria este o primeiro contacto direto de Jaime do Inso com a realidade Africana. Mesmo que assim não tenha sido, entre 19 de novembro de 1904 a 23 de Maio de 1906 terá embarcado a bordo da canhoneira Pátria, na sua viagem inaugural,

---

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 190.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 211.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 191.

<sup>60</sup> *Livro Mestre dos Oficiais da Marinha, letra F*, p. 194.

passando por Angola (Luanda), Brasil, Cabo Verde e Madeira (Funchal) <sup>61</sup> após ter realizado 8 dias de tirocínio no rio Tejo<sup>62</sup>.

Entrava agora em contacto com as colónias africanas. Curioso, com o vigor característico de um jovem oficial que ultrapassa as fronteiras europeias e atinge outro continente desbravado há mais de 4 séculos pelos heróis lusitanos da época dos Descobrimentos, Jaime concretizava aquele desejo de contributo à Pátria que o teria motivado a seguir a nobre carreira de oficial da Armada, entrando em contacto direto com as joias do Império. Este primeiro contacto seria crucial para a formulação das suas ideias acerca de Portugal colonial que até à data do embarque apenas teria estudado ou discutido em conversa com os seus camaradas. E, à semelhança de todos aqueles que vindos da europa chegavam às colónias, fazia-o com um olhar ocidental, característico pela sua atitude superior de quem é soberano e vem para civilizar. Este primeiro apalpar do além mar iria criar uma atitude em Inso que se repetiria nas suas seguintes missões nas colónias e talvez tenha sido pela personalidade colonial que criou com base no que experimentou em África que quando, mais tarde, e curiosamente a bordo do mesmo navio, chega ao oriente e se espanta.

A sua promoção a Segundo-tenente, apenas três anos depois de ser promovido a Guarda-marinha, aconteceria nesta viagem no dia 22 de maio de 1906, no Brasil, 20 dias depois de ser aumentado ao efetivo do corpo. Em agosto do mesmo ano era-lhe concedida a autorização para contrair matrimónio com a sua futura mulher D. Maria Amália Correia do Inso. Terá sido esta rápida evolução na carreira fruto de um exemplar serviço a bordo da canhoneira?

## 2.2. A canhoneira “Pátria”

Tal como o relata Jaime do Inso no seu artigo para os *Anais da Marinha*, de 1951, a canhoneira “Pátria” foi construída no antigo Arsenal da Marinha, sob a direção do

---

<sup>61</sup> *Ibid.*

<sup>62</sup> Ordem da Armada nº14B de 1906.

engenheiro francês Croneau<sup>63</sup>. Este tinha-se deslocado a Lisboa para fazer reformas no referido Arsenal, de forma a adaptá-lo às construções de ferro modernas. A “Pátria” era particular, porque

“tinha sido construída por subscrição pública entre a Colónia Portuguesa dos Estados Unidos do Brasil, o que a tornava como que uma filha dilecta do patriotismo dos Portugueses que vivem sob o céu de Santa Cruz.”<sup>64</sup>.

A 27 de maio de 1897, numa reunião que teve lugar no Rio de Janeiro, decidiu-se que o Brasil iria abrir uma subscrição nacional para fazer uma oferta à Marinha Portuguesa de um navio de guerra. O motivo era a comemoração do quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Para tal, entre 13 de junho do mesmo ano e 25 de maio de 1900 contribuíram 21 913 subscritores de todos os estados brasileiros e da capital federal, um total de 793 304\$670 réis fracos<sup>65</sup>.

Decidiu-se que o navio deveria ser construído em Portugal, não obstante ter havido entraves burocráticos e de materiais. Foi assinado contrato com a empresa *La Brosse & Fouché* e, a 17 de abril de 1902, “procedeu-se à cerimónia da cravação do primeiro rebite”<sup>66</sup>. Tinham sido admitidos 136 operários extraordinários no Arsenal para tal construção e foram gastos 239 925\$958 reis<sup>67</sup>. O nome do navio radica na memória daqueles que deixavam as suas casas e famílias, ou seja, a sua Pátria, remetendo para a saudade, amor e para o seu carácter aventureiro<sup>68</sup>.

A bênção do navio viria a ocorrer em junho do ano seguinte,

---

<sup>63</sup> Sobre as características do navio ver Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, pp. 8-9.

<sup>64</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, p. 4.

<sup>65</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, pp. 4-5.

<sup>66</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, p. 8.

<sup>67</sup> Sobraram 9 506\$222 réis, que se autorizou que fossem aplicados na construção de uma lancha para fiscalizar o Rio Minho, a qual se viria a chamar “Infante D. Manuel”. Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, p. 19.

<sup>68</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, p. 19.

“para o que se armou um altar no tombadilho junto ao monta-cargas, decorrendo a cerimónia com certa pompa, pois saú uma procissão da capela de S. Roque do Arsenal, levando à frente a cruz alçada, e sendo a oração da bênção lida por Monsenhor Sant’Ana, e durante a cerimónia se içaram a bandeira e o jaque”<sup>69</sup>.

Foi enviado um telegrama a Sua Majestade, dando conta do êxito e do facto do navio ter ficado em mar durante 4 horas. Também ao presidente do Brasil foi comunicado tamanho sucesso<sup>70</sup>.

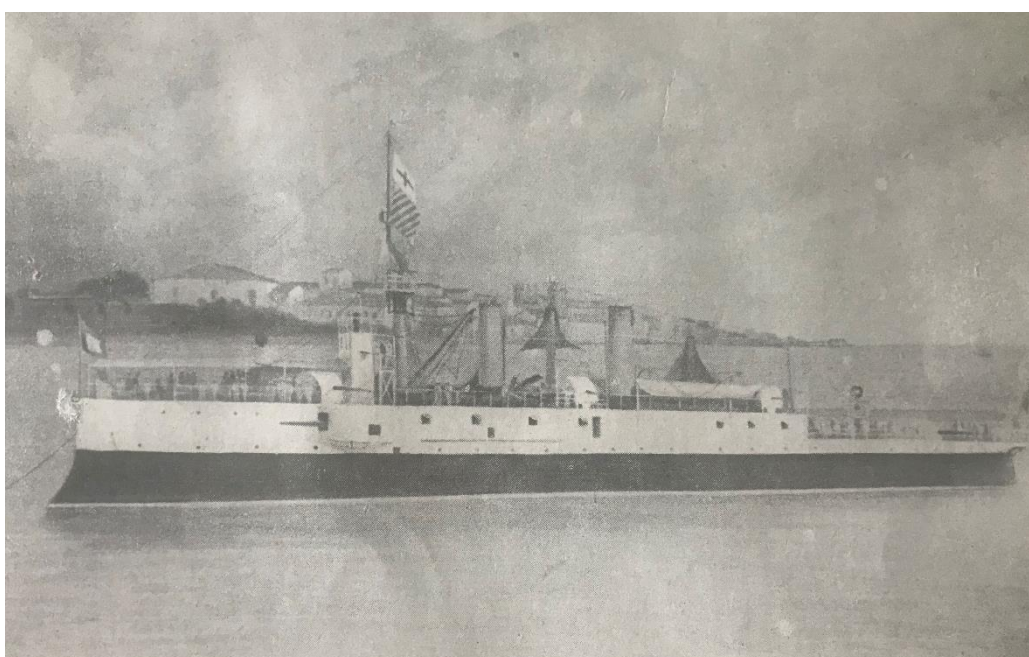


Figura 2 - Canhoneira «Pátria» no porto do Pará<sup>71</sup>.

Em agosto, realizaram-se os testes de marcha e velocidade. A “Pátria” saía, então, pelo Canal do Norte e entrava na Barra Grande, alcançando 15 nós com 120

---

<sup>69</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, p. 9.

<sup>70</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, pp. 9-10.

<sup>71</sup> Jaime Correia do Inso, *A Canhoneira «Patria» I*, 1.ª, s.l., *Anais de Marinha*, 1951.

rotações, valor este que viria a ser ultrapassado mais tarde quando se repetiram as experiências, chegando as máquinas às 220 rotações<sup>72</sup>.

Estava previsto que o navio fosse entregue ao governo português a 1 de dezembro de 1903. Todavia, esta altura coincidia com a visita de D. Afonso XIII de Espanha a Lisboa, tendo-se adiado tal ato para dia 27, pelas 9 horas da manhã.

“Faltava ainda artilhar o navio, o que foi feito por conta do Governo, e a montagem efectuou-se em Agosto de 1904, salvando o navio pela primeira vez em Cascais, a 28 de Setembro do mesmo ano, por ocasião do aniversário natalício das Majestades”<sup>73</sup>.

Na sua primeira viagem, “Pátria” saiu de Lisboa a 19 de janeiro de 1905. Como estava mau tempo, fundeou em S. José de Ribamar. Rumava para visitar os portos do Brasil, não sem antes ter passado por vários pontos, como por exemplo, Santiago de Cabo Verde, Freetown, S. Tomé, Cotonú e Luanda. Chegaram a terra de Vera Cruz<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, p. 10

<sup>73</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, p. 15.

<sup>74</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, p. 20.



Portos de escala da canhoneira "Pátria" na sua primeira viagem, de visita ao Brasil, em 1905-1906 (*)			
Comandante: Capitão-Tenente Antônio Alfredo da Silva Ribeiro			
PORTOS	DATAS DE		Observações
	ENTRADA	SAÍDA	
LISBOA (Partida)	—	19- 1-1905	
S. José de Ribamar	19- 1-1905	19- 1- »	
Funchal	22- 1- »	26- 1- »	
S. Tiago (Cabo Verde)	31- 1- »	5- 2- »	
Free-town	10- 2- »	20- 2- »	
S. Tomé	4- 3- »	9- 3- »	
B. de Fernão Dias	9- 3- »	11- 3- »	
Kotonu	13- 3- »	15- 3- »	Com desembarque para S. João Batista de Ajuda.
Lagos	16- 3- »	22- 3- »	
S. Tomé	24- 3- »	27- 3- »	
Luanda	30- 3- »	4- 6- »	
Enxada do Bengo	4- 6- »	5- 6- »	
» » »	5- 6- »	5- 6- »	
» » »	5- 6- »	6- 6- »	
Luanda	6- 6- »	27- 7- »	
»	27- 7- »	29- 7- »	
Ascensão	5- 8- »	16- 8- »	
Pernambuco	21- 8- »	5- 9- »	
Baía	7- 9- »	21- 9- »	
Rio de Janeiro	24- 9- »	19-10- »	
Santos	21-10- »	16-11- »	Excursões a S. Paulo e a Campinas.
Barra do Norte (Florianópolis)	17-11- »	18-11- »	
Florianópolis (Santa Catarina)	18-11- »	20-11- »	
S. Pedro do Sul	22-11- »	30-11- »	
Pelotas	30-11- »	9-12- »	Excursões a Bagé e a Ja- guarão.
Porto Alegre	10-12- »	18-12- »	
S. Pedro do Sul	19-12- »	7- 1-1906	
Rio de Janeiro	10- 1-1906	20- 1- »	
Baía	23- 1- »	25- 1- »	
Rio de Janeiro	28- 1- »	28- 2- »	
Pernambuco	5- 3- »	7- 3- »	
Itacolomi	10- 3- »	11- 3- »	
Maranhão	11- 3- »	30- 3- »	
Pará	1- 4- »	16- 4- »	
Santarém	19- 4- »	19- 4- »	
Itarvatara	20- 4- »	21- 4- »	
Morapata	21- 4- »	22- 4- »	
Manaus	22- 4- »	9- 5- »	
Óbidos	10- 5- »	10- 5- »	
Santarém	11- 5- »	11- 5- »	
Pará	13- 5- »	23- 5- »	
Ilha Brava	30- 5- »	10- 6- »	
S. Tiago	10- 6- »	12- 6- »	
S. Vicente	13- 6- »	14- 6- »	
Funchal	18- 6- »	20- 6- »	
LISBOA (Chegada)	23- 6- »	—	

(\*) Por se terem notado alguns lapsos na enumeração destes portos que consta de págs. 20 e 23 dos *Anais de Marinha* n.º 17 de 1931, se faz a presente rectificação.

Figura 3 - Trajeto da canhoneira "Pátria" na sua viagem inaugural<sup>75</sup>.

Jaime Correia do Inso integrou esta primeira viagem, enquanto Guarda-marinha, como se pode verificar assinalado na fotografia abaixo, tirada aquando da chegada do navio a Pernambuco, no Brasil, em agosto de 1905.

<sup>75</sup> J. Correia do Inso, *A Canhoneira «Patria» I*.



Figura 4 - Oficiais da guarnição da canhoneira "Pátria" na sua primeira viagem ao Brasil, identificado com uma elipse, Jaime Correia do Inso.

A canhoneira faria ainda várias missões ao serviço da Marinha portuguesa, nas quais participou Jaime do Inso. A sua última viagem com a bandeira nacional ocorreu em 1930, indo de Hong Kong para Macau. No ano seguinte, foi vendida nesta última região por \$33 000 ao comerciante chinês Feng-yang que, por seu turno, vendeu a "Patria" ao governo da China do sul, acabando por ser incorporada na Marinha de Guerra chinesa com o nome *Fu-Yu*<sup>76</sup>.

No ano em que Jaime atracava em Lisboa após tão enriquecedora missão era aprovada por decreto de 24 de dezembro de 1906 a reorganização central da Marinha que criava quatro divisões autónomas sendo que a alteração de maior relevo seria a autonomia que era atribuída aos serviços fabris que se separavam da Direção-Geral da Marinha e constituíam uma Administração dos Serviços Fabris<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> Jaime do Inso, "A canhoneira «Pátria»", *Anais de Marinha*, N.ºs. 17, Ano XI, Maio-Agosto de 1951, p. 45.

<sup>77</sup> A.J. Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens Doutrinas e Organização 1824-1974 (Tomo I)*, p. 211.

Paralelamente e a nível político, a Monarquia Constitucional após o Ultimato estava, como foi referido no capítulo anterior, enfraquecida e desacreditada. A problemática colonial, os gastos da família real, o excessivo poder da igreja, a grande instabilidade social, económica e, sobretudo, política, cujo sistema se havia conformado com o rotativismo partidário eram algumas das razões que também contribuíam para tal. Abria-se o caminho à República, regime que vigorou entre 5 de outubro de 1910 e o golpe militar de 28 de maio de 1926. Desde a década de 1870, quando foi criado, que o Partido Republicano Português ganhava poder e apoiantes, tendo levado a cabo uma revolução que sairia vitoriosa<sup>78</sup>.

“Conquistado o poder, o Partido Republicano nomeou um governo provisório, simbolicamente presidido pelo idoso e respeitado professor do Curso Superior de Letras, Teófilo de Braga”<sup>79</sup>.

Com a República surgem projetos de grandes esquadras o que levou à necessidade de se rever o Ministério. Foi criada a Grane Comissão de 1911 que aborda o assunto e de onde surge a ideia de um Estado-Maior Naval como um órgão de ajuda ao major-general da Armada<sup>80</sup>.

A partir do final do século XIX a presença militar da Marinha no Império a par da ocupação efetiva vai reduzindo sendo substituída pelo Exército. Passam-se a empenhar os recursos navais na Europa devido ao crescente de tensões criadas entre as grandes potências europeias que incrementariam o valor do Atlântico Lusitano. Assim se contemplava uma das alterações mais importantes, concretizada durante o Governo Provisório de Teófilo de Braga, a separação entre o Ministério da Marinha e o das Colónias. Seria a 23 de Agosto de 1911 que se criava o Ministério das Colónias Independente, um dia antes da nova constituição de 1911, e de onde um ano mais tarde

---

<sup>78</sup> António de Oliveira Marques, *História de Portugal. Volume III. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 86-92.

<sup>79</sup> António de Oliveira Marques, *História de Portugal. Volume III. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 241.

<sup>80</sup> A.J. Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens Doutrinas e Organização 1824-1974 (Tomo I)*, p. 211.

surgiriam as marinhas coloniais portadoras de autonomia operacional, administrativa e financeira que recaía sobre o governador de cada uma. “A partir de 1912, a Armada desaparece praticamente do Império”<sup>81</sup>.

Este processo de transformação sentiu-o bem Jaime Correia do Inso. A formação das marinhas coloniais em 1912 deveu-se, sobretudo, aos navios cedidos da Armada para as respetivas marinhas das colónias dos quais constam, para a colónia de Macau, a canhoneira Pátria e a lancha-canhoneira Macau. Seis anos depois, a “Pátria” voltava a Inso<sup>82</sup> e juntos iriam descobrir novos oceanos e deixarem-se fascinar por novas culturas. Foram quase dois anos no Oriente onde supostamente só se navegaria por Macau, Hong-Kong e pelos Rio do Oeste e de Cantão caso tudo corresse bem. Acontece que em 1912 rebentava a revolta de Timor e a canhoneira foi em missão de defesa da ilha que contava apenas com

“uns 40 soldados europeus espalhados pelos postos militares, além de uma desfalcada companhia de landins, e a deficiência de armamento era tal que os civis europeus, habitantes de Dili, que patrulhavam a cidade, na iminência de um ataque do gentio, estavam armados com velhíssimas espingardas de pederneira!”<sup>83</sup>

Esta não teria sido uma revolta isenta de perturbações tendo a maior parte da guarnição, incluindo Jaime, sofrido de febres palustres<sup>84</sup>, ou Impaludismo,<sup>85</sup> e tendo havido confrontos sangrentos com o inimigo, “Mais tarde, constou em Dili que o nosso

---

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 213–214.

<sup>82</sup> *Livro Mestre dos Oficiais da Marinha, letra F*, p. 194.

<sup>83</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 18, Ano XI, Setembro-Dezembro de 1951, p. 4

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 14

<sup>85</sup> Que mais tarde, de volta a Portugal, lhe valeu 60 dias de dispensa médica, Arquivo Histórico da Marinha, Arquivo Histórico da Marinha, Processos individuais de oficiais, Classe Marinha, Caixa “X”, Correia do Inso, Jaime, 22 de agosto de 1903.

bombardeamento tinha causado mais de 200 baixas ao inimigo, entre mortos e feridos”<sup>86</sup>

A 16 de setembro de 1912 a Pátria largava de Timor em direção a Macau, a revolta estava suprimida. Interessante a maneira como Jaime se despede de Timor,

“E Timor? Timor! Um sonho, uma lembrança amarga , um pesadelo de cenários lindos que se desfez ao avistarmos de longe a torre branca, esfumada na névoa, do Farol da Guia, a marca serena da terra amiga – Macau!”<sup>87</sup>

Tão claro é o sentimento de saudade de Macau aqui transmitido, como se da própria casa se tratasse. Claro é que Jaime estaria já encantado com o oriente, mas deslumbrado com Macau.

Voltando à Europa, o atrito entre a Inglaterra e a Alemanha já se tinha vindo a tornar evidente para Portugal desde 1898 quando o Lord Salisbury solicita o “direito de preferência”<sup>88</sup> e mais tarde pede que não fossem feitas quaisquer cedências nas ilhas portuguesas aos inimigos de Inglaterra sem o seu conhecimento. Pedido este que Portugal aceitou e rapidamente se viu recompensado entre 1898 e 1914 com as garantias Inglesas de apoio na defesa das colónias portuguesas. De facto, a Inglaterra atribuía grande valor às ilhas portuguesas, em especial aos Açores, por ser imprescindível para a sua defesa que a Alemanha ficasse contida no Mar do Norte sem conseguir portos no Atlântico<sup>89</sup>. A crescente tensão acabou por explodir em guerra.

Em 1914, a Primeira Guerra Mundial rebentava. Portugal não conseguiu evitar participar quando, em 1916, a Inglaterra pede que fossem apreendidos todos os navios

---

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>87</sup> Jaime do Inso, “A canhoneira «Pátria»”, *Anais de Marinha*, N.ºs. 18, Ano XI, Setembro-Dezembro de 1951, p. 24

<sup>88</sup> Consistia na apropriação inglesa autorizada de territórios portugueses caso o governo perdesse o interesse em manter a soberania em algum desses territórios.

<sup>89</sup> A.J. Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens Doutrinas e Organização 1824-1974 (Tomo I)*, p. 221–224.

alemães que se encontrassem em portos portugueses. Portugal aceita e apreende 242 000 t, o que conduz à declaração de guerra por parte da Alemanha<sup>90</sup>.

Jaime do Inso não participaria de forma direta neste acontecimento, mas sentiria a pressão do conflito global a bordo do Cruzador S. Gabriel, em Cabo Verde, nos dois primeiros anos da guerra, encarregue de vigiar e proteger os cabos submarinos daquelas águas<sup>91</sup>. Inclusivamente escreve uma série de artigos para os ANAIS do Clube Militar Naval acerca desta Guerra, publicados entre 1937 e 1939 e que estão reunidos, com alguns cortes no livro *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra* onde o autor traça um retrato muito realista, documentado e também apaixonado, do papel decisivo da Armada Portuguesa na Guerra, como uma intervenção heroica, não obstante os fracos recursos e meios disponíveis, na altura da declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Neste livro, Inso dedica-se a dividir e analisar a ação da Marinha na Grande Guerra em 3 campos de operações: em primeiro lugar na defesa nos mares da Europa, incluindo a das costas de Portugal e respetivas ilhas, do serviço de comboios e do transporte de tropas para França. Em segundo, na defesa das águas das colónias, com os serviços de defesa de Cabo Verde e a ação da Marinha colonial de Moçambique. Por último, na defesa das terras ultramarinas, com viagens escoltando expedições, com destaque para o Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola, em 1915, onde os alemães deram início a operações de guerra antes de no-la terem declarado, e a presença em Moçambique, de outro batalhão de Marinha, em 1918, além das forças de desembarque que cooperaram com as dos Exército, ao Norte daquela então província portuguesa<sup>92</sup>.

Terminada a Guerra e voltado ao extremo mais ocidental da europa, a Armada sofria mais uma reorganização, sob o governo de Sidónio Pais, onde o Ministério era dividido em quatro organismos com diferentes funções, passa a existir um Estado-Maior

---

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 255.

<sup>91</sup> Jaime Correia do Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, 2ª., Lisboa, Comissão Cultral de Marinha, 2015, p. 113 ; *Livro Mestre dos Oficiais da Marinha, letra I*, s.l., p. 142.

<sup>92</sup> J. Correia do Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*.

Naval, uma direção do pessoal, uma do material e outra dos serviços auxiliares administrativos<sup>93</sup>.

Ao mesmo tempo, a nível popular, as agitações não cessariam de existir. O regime republicano não se manteria pacífico. Os seus apoiantes estavam divididos, não havendo uma unidade política e provocando uma enorme instabilidade nesse campo e no dos ministérios. Simultaneamente, como acabámos de verificar, Portugal participou na Primeira Guerra Mundial, primeiro na frente africana e, mais tarde, na frente europeia, perdendo não só muitas forças humanas, como também dinheiro. Dadas as medidas de laicização do Estado, a Igreja encontrava-se igualmente descontente. Estes e outros acontecimentos fizeram com que a República caísse em total descrédito<sup>94</sup>!

Foi perante este contexto que o general Gomes da Costa encetou o golpe militar de 28 de Maio de 1926, em Braga, marchando para Lisboa.

O movimento militar que ocorreu a 28 de maio de 1926 pôs fim à I República, que havia sido proclamada em 1910, instaurando uma ditadura militar. Em 1928, o Presidente da República convidou António de Oliveira Salazar, especialista em finanças públicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, para Ministro das Finanças e, num curto espaço de tempo, conseguiu resolver a situação financeira deficitária herdada da primeira República. Em 1932, Salazar ascenderia a Presidente do Conselho de Ministros, função que ocupou até 1968, quando se afastou por doença<sup>95</sup>.

Ainda que o período de ditadura militar se tenha iniciado logo em 1926, só em 1933 foi oficialmente instaurado o Estado Novo e, com ele, o regime autoritário de direita, com a proclamação da Constituição. Este era um regime que se assumia conservador, católico, nacionalista e patriótico, colonialista, corporativo, com primazia da trilogia “Deus, Pátria, Família”. A par destas características era, igualmente,

---

<sup>93</sup> A.J. Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens Doutrinas e Organização 1824-1974 (Tomo I)*, p. 212.

<sup>94</sup> António de Oliveira Marques, *História de Portugal. Volume III. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 242-251

<sup>95</sup> António de Oliveira Marques, *História de Portugal. Volume III. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 429.

totalitário/autoritário, antidemocrático, antiliberal, antiparlamentar e anticomunista, fundado num partido único e no culto ao chefe<sup>96</sup>.

Relativamente à posição de Jaime face a estes acontecimentos não encontrei informação que pudesse ser conclusiva. Apenas através do estudo do terceiro capítulo estipulei uma possível ideia de crítica ao regime salazarista no livro *O Caminho do Oriente*.

No entanto, sei que em 1925, por decreto do Ministério das Colónias, foi nomeado para o cargo de Comandante da Canhoneira Pátria voltando para Macau entre os anos de 1926 e 1929. A 4 de maio de 1926 largava de Macau em missão de busca e salvamento tentando aferir o paradeiro dos aviadores espanhóis que haviam desaparecido ao efetuar o voo de Manila-Macau. Seguiram-se as buscas e encontraram-se os aviadores pelo que Jaime do Inso viria a ser galardoado por Sua Majestade o Rei de Espanha com a Ordem de Mérito Naval de Espanha, de 1ª classe, distintivo branco<sup>97</sup>.

Ainda em 1927, conta Jaime, a canhoneira, comandada pelo próprio, realizou o transporte de cinco bispos e suas famílias entre Macau e a ilha de *SamChau* ou, em português, São João<sup>98</sup>.

Foram muitos os episódios que Inso passou no Oriente e, sobretudo, em Macau tendo lá vivido um total de quase 4 anos em diferentes fases da sua vida e em vários contextos nacionais e internacionais, políticos e sociais. Seria este contacto que o iria deixar encantado por aquela cultura.

No âmbito da sua dedicação à Marinha escreveu uma série de artigos nos ANAIS do Clube Militar Naval para além dos que até aqui já foram mencionados. Podem consultar-se os títulos destes textos no Anexo D, a verde, a sua localização, número do livro e páginas onde o artigo se encontra, bem como a lista de toda a obra de Jaime de

---

<sup>96</sup> António de Oliveira Marques, *História de Portugal. Volume III. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 431-440.

<sup>97</sup> Jaime Correia do Inso, *A Canhoneira «Pátria» II*, Lisboa, Anais de Marinha, 1951, p. 32. A nota desta imposição de condecorações encontra-se no Arquivo Histórico de Marinha, Processos individuais de oficiais, Classe Marinha, Correia do Inso, Jaime.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 33.



que tenho conhecimento informando um dos lugares onde se pode te acesso a ditos livros.



### 3. O Oriente e o seu encanto

#### 3.1. O desvendar de um “novo mundo”

Os laços históricos são responsáveis pelo pluriculturalismo que podemos hoje experimentar tendo ligado o Norte ao Sul, e o Ocidente ao Oriente. Na Época Moderna, os portugueses foram pioneiros no desbravar dos mares (e terras), no desenvolvimento de expedições e descoberta daquele que para eles era um “novo mundo” quebrando as barreiras dum horizonte desconhecido e desmistificando as pseudociências duma Terra plana.

A conquista de Ceuta, no norte de África, no reinado de D. João I (1385-1433), em 1415, marcou o início da expansão portuguesa. Mais de um século depois, Portugal viria a ser um reino pluricontinental, com possessões em África, na Ásia e na América do Sul.

Após o mote com a conquista de Ceuta, os navegadores portugueses rumaram para sul, acompanhando a costa ocidental do continente africano<sup>99</sup>. Foi no reinado de D. Duarte (1433-1438) que Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador. Já durante o governo de D. João II (1481-1495), Diogo Cão e Bartolomeu Dias descobriram e exploraram toda a costa ocidental africana a sul do Equador, continuando a expansão para sul, ao mesmo tempo que se estabeleciam entrepostos comerciais<sup>100</sup>.

Nenhuma destas conquistas faria sentido sem legitimação papal. E foi neste contexto que, pela Bula *Romanus Pontifex*, o Papa Nicolau V (1447-1455) definiu, entre outras medidas, que todas as terras e mares a sul do Cabo Bojador e do Cabo Não (atualmente, cabo Chaunar) pertenceriam aos reis de Portugal, legitimando as

---

<sup>99</sup> Não se descure, todavia, o “redescobrimento” das ilhas açorianas ocidentais e centrais por volta de 1427 e que, em 1431, viriam a ser colonizadas por Gonçalo Velho Cabral. Em 1452 viriam a ser descobertas as ilhas das Flores e do Corvo por Diogo de Teive.

<sup>100</sup> É exemplo o que foi construído no Castelo de São Jorge da Mina, em 1482, e que viria a ser elevado a cidade cerca de três anos depois. António de Oliveira Marques, Joel Serrão, *Nova História de Portugal. Portugal da paz da restauração ao ouro do Brasil*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 705.

explorações e conquistas nacionais, que viriam a ter o seu ponto máximo em 1488. Ao dobrar-se o Cabo da Boa Esperança, iniciaram-se os primeiros contatos com o Oceano Índico. O Oriente e, sobretudo, a Índia, viria a ser o “sonho imperial manuelino”<sup>101</sup>. Desvendava-se, assim, o Oriente que, com maior vigor a partir do século XVIII viria a ser a inspiração dos orientalistas.

Foi a 8 de julho de 1497 que saiu de Lisboa uma armada rumo à Índia, comandada por Vasco da Gama que, após ter dobrado o Cabo da Boa Esperança e contornado o continente africano, navegou ao longo da costa Oriental, chegando a Melinde, a partir de onde avançou para Calecut, alcançada no ano seguinte. Percorreu, então, a costa ocidental da Índia e iniciou a viagem de regresso no início de Outubro, atracando em Lisboa em agosto ou setembro de 1499 com duas caravelas cheias de especiarias<sup>102</sup>.

A ansia dos portugueses pelo Oriente era tal que, apenas seis meses mais tarde, uma nova armada partiu para a Índia, desta vez comandada por Pedro Álvares Cabral. Esta armada estava claramente preparada para desenvolver relações comerciais com o Oriente, embora tenha desviado a sua rota para Oeste, “descobrimo” terras na América do Sul, aquelas que viriam a ser o Brasil. Esta viagem e este desvio não foram, todavia, inocentes, sabendo-se hoje que, em 1498, D. Manuel I (1495-1521) já teria enviado Duarte Pacheco Pereira para explorar esta região<sup>103</sup>.

Após a morte de D. Manuel I, D. João III (1521-1557) consolidou os espaços já conquistados e viria a desenvolver uma expansão territorial. As novas possessões ganharam um novo regime administrativo, financeiro, político e eclesiástico, ainda que

---

<sup>101</sup> António de Oliveira Marques, Joel Serrão, *Nova História de Portugal. Portugal da paz da restauração ao ouro do Brasil*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 719.

<sup>102</sup> Jean Carpentier, François Lebrun, *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2002, p. 207; António de Oliveira Marques, Joel Serrão, *Nova História de Portugal. Portugal da paz da restauração ao ouro do Brasil*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 719.

<sup>103</sup> António de Oliveira Marques, Joel Serrão, *Nova História de Portugal. Portugal da paz da restauração ao ouro do Brasil*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 719.

alguns Estados muçulmanos locais e do império turco tenham colocado alguns entraves<sup>104</sup>.

Foi também durante a governança de D. João III que se estabeleceram os primeiros contatos com a China e com o Japão e que os portugueses começaram a ocupar Macau. Enquanto no caso da China os portugueses pretendiam estabelecer um “expansionismo” comercial, no caso do Japão visava-se que este fosse essencialmente religioso e cultural. Neste último âmbito, foram enviados muitos missionários católicos para difundir a fé no Japão, numa evangelização que se prolongou até ao século XVII<sup>105</sup>.

Entre 1487 e 1492, a mando de D. João II, Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, saídos de Lisboa disfarçados de mercadores, rumaram para Este “a fim de obterem informes sobre o comércio com o Oriente e sobre outros assuntos”. Embora se desconheça o destino do segundo, sabe-se que o primeiro viajou até à Índia, “onde visitou Cananor, Calicut e Goa, prosseguindo depois para a Pérsia e a África Oriental” e chegando, finalmente, à Etiópia, de onde acabaria por não regressar, não sem antes ter enviado uma carta ao rei com conhecimentos sobre as rotas comerciais, pontos de origem de mercadorias, bons locais de acesso e colonização. Estas informações poderão ter sido preciosas para preparar a expedição de Vasco da Gama<sup>106</sup>.

Mas qual o objetivo das expedições e da expansão portuguesa? No delimitar de metas o Oriente teve um papel fulcral, não só como mote para difusão religiosa, mas também para estímulo ao comércio direto.

Por um lado, visava-se difundir a fé cristã e desenvolver uma cruzada contra as terras islâmicas. Sabia-se existir, no oriente, um reino na Etiópia cujo rei era cristão, o

---

<sup>104</sup> António de Oliveira Marques, Joel Serrão, *Nova História de Portugal. Portugal da paz da restauração ao ouro do Brasil*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 731.

<sup>105</sup> António de Oliveira Marques, Joel Serrão, *Nova História de Portugal. Portugal da paz da restauração ao ouro do Brasil*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 731.

<sup>106</sup> António de Oliveira Marques, *História de Portugal. Volume II. Do Renascimento às Revoluções Liberais*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 22.

Preste João, e que seria um apoio nesta região na difusão da religião. Mas, se este constituiu um dos objetivos iniciais, rapidamente viria a ser suplantado<sup>107</sup>.

A par do discurso de procura de melhores condições de vida, emergiu a ânsia de desenvolvimento relações comerciais, sobretudo, com ao Oriente. Almejava-se dominar o comércio da pimenta e de outras especiarias, o que seria conseguido ao contornar o continente africano para alcançar os mercados do Oceano Índico<sup>108</sup>.

Mas não só por mar se concretizou o desejo de expansão, de chegar ao Oriente, de contactar e melhor conhecer as suas populações e rotas comerciais.

Todavia, a política expansionista que marcou a História de Portugal a partir do século XV não foi exclusivamente nacional. Ao mesmo tempo que Pêro da Covilhã “caminhava” para Oriente, Cristóvão Colombo, ao serviço dos reis Católicos, tentava chegar à mesma região navegando para Oeste. Tendo partido a 3 de agosto de 1492 com três caravelas deparou-se, porém, a 12 de outubro, com as Antilhas, apesar de se ter convencido de ter chegado à Ásia. Encontrava-se numa das ilhas das Bahamas, num ponto a que mais tarde se viria a chamar San Salvador<sup>109</sup>. A ânsia de conhecimento e contacto com o Oriente era não só um desejo dos portugueses, como também dos reinos que viriam a constituir a futura Espanha<sup>110</sup>.

---

<sup>107</sup> António de Oliveira Marques, *História de Portugal. Volume II. Do Renascimento às Revoluções Liberais*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 19-22.

<sup>108</sup> Chegando-se ao Oriente, para este efeito, o primeiro vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida (1505-1509) procurou construir fortalezas e feitorias para dominar os mares, através do estabelecimento de alianças com reis locais, como são o caso dos reis de Cochim, Cranganor e Coullão. O seu sucessor, Afonso de Albuquerque (1509-1515) viria a optar por uma política de conquista territorial, apoderando-se de zonas geográficas chave, como Goa (1510), Malaca (1511) e Ormuz (1515). Criava-se, assim, o império da pimenta, ao dominar-se o comércio do Golfo Pérsico e do Mar Roxo. Jean Carpentier, François Lebrun, *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2002, p. 207; António de Oliveira Marques, Joel Serrão, *Nova História de Portugal. Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 541; António de Oliveira Marques, Joel Serrão, *Nova História de Portugal. Portugal da paz da restauração ao ouro do Brasil*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 719-720.

<sup>109</sup> Jean Carpentier, François Lebrun, *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2002, p. 207.

<sup>110</sup> O regresso de Cristóvão Colombo viria a marcar o início das negociações que deram origem ao Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Castela e Aragão, em 1494. Neste ficou definido que “Portugal ficou com todo o mundo descoberto ou a descobrir a 370 léguas a leste de Cabo Verde, garantindo, assim, toda a África, a Ásia e uma parte do novo continente, que veio a corresponder ao futuro Brasil”.

Estavam criados, no século XVI, os impérios coloniais português e espanhol. No primeiro caso, existiam feitorias em vários espaços, ou seja, “portos fortificados que dominavam os territórios circunvizinhos e serviam de escalas para os navios mercantes e de bases de apoio para uma frota militar que, pela força, mantinha em respeito todos os concorrentes – europeus ou asiáticos – do monopólio comercial português”<sup>111</sup>.

Já o império espanhol viria a ser desenvolvido nas designadas Índias Espanholas, nomeadamente, na América Central e do Sul. A sua grande riqueza consistia na exploração de minas de ouro e, sobretudo, de prata<sup>112</sup>.

Com as conquistas ibéricas, a economia deixava de ser europeia para passar a ser mundial, um mundo global. Lisboa e Sevilha eram, então, a entrada da Europa, dominando o tráfico mundial. Já a partir da Antuérpia, um grande porto nos Países Baixos, era feita a redistribuição dos produtos coloniais pelo restante continente europeu<sup>113</sup>.

A construção dos impérios coloniais francês e inglês, bem como o holandês, viria a ser mais tardia, sobretudo, devido a conflitos bélicos ocorridos nos séculos XVII e XVIII.

A partir do século XVI, a França iniciou a sua colonização no continente americano, com destaque para o sul, ainda que não tenha sido sólida, dado o confronto com Espanha e Portugal, que aí tinham as suas colónias; bem como devido às Guerras Religiosas Francesas, opondo católicos a protestantes e que impediram o foco nesta região. Efetivamente, a história do império colonial francês só começaria em 1605, com a fundação de Port Royal, no Canadá. Três anos depois viria a ser fundado o Québec, capital da então designada Nova França. A par do continente americano, os franceses

---

António de Oliveira Marques, Joel Serrão, *Nova História de Portugal. Portugal da paz da restauração ao ouro do Brasil*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 705.

<sup>111</sup> Jean Carpentier, François Lebrun, *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2002, p. 207.

<sup>112</sup> Jean Carpentier, François Lebrun, *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2002, p. 208.

<sup>113</sup> Entre meados do século XVI e o início do século XVIII os Países Baixos podem igualmente ser designados de Países Baixos espanhóis, por terem, conjuntamente com a Espanha, a mesma soberania, pertencente à casa dos Habsburgo. Jean Carpentier, François Lebrun, *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2002, p. 208.

estabeleceram também colónias e pontos comerciais na costa africana, por exemplo, no Senegal (1624) e em Argel (1830); bem como na Ásia, em Chandernagor (1673), Pondichery (1674), Yaman (1723), entre outros, constituindo a designada Índia Francesa<sup>114</sup>.

No século XIX, após as Guerras Napoleónicas (1803-1805) e a perda de grande parte das suas colónias pela França, Napoleão III (1852-1870) duplicou o território colonial estabelecendo-se na Nova Caledónia e na Cochinchina e criando um protetorado no Camboja<sup>115</sup>. Juntamente com a Grã-Bretanha enviou ainda um exército para a China, na altura da Segunda Guerra do Ópio e da Revolta Taiping, na década de 1860. Embora sem sucesso, tentaram ainda estabelecer a sua influência no Japão e na Coreia.

Foi também nos séculos XVI e XVII, que a Grã-Bretanha iniciou a construção do seu império. Em 1579, Francis Drake chegou à Califórnia, embora não tenha procedido à sua ocupação. Terá sido a partir do Tratado de Londres (1607), resultado de uma guerra com a Espanha, que se estabeleceu a colónia da Virgínia. A partir deste momento os britânicos expandiu-se para parte da África, quase toda a América do Norte, Índia e regiões e ilhas próximas desta. O século XVIII viria, assim, a ser o período de afirmação e consolidação do império colonial britânico, tendo como único entrave a independência dos Estados Unidos da América em 1776, que contrastou com o início da colonização da Austrália e, mais tarde, da Nova Zelândia<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> Sobre as explorações e conquistas francesas ler Marcel Trudel, *The Beginnings of New France 1524-1663*, Toronto, McClelland & Stewart, 1973; Barnett Singer, John Langdon, *Cultured Forced. Makers and Defenders of the French Colonial Empire*, Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 2004.

<sup>115</sup> Apesar de ser um espaço de dominação francesa, o nome Cochinchina radica na presença portuguesa. Terá tido origem no início do século XVI, altura em que toda a região era designada na língua malaia por "Cochim". Para diferenciar este espaço da Cochim indiana, os portugueses tê-lo-ão chamado de "Cochim-China". Henry Yule, Arthur Coke Burnell, *A Glossary of Colloquial Anglo-Indian Words and Phrases*, s.l., Routledge, 1995, p. 34.

<sup>116</sup> Sobre as explorações e conquistas britânicas ler *Oxford History of the British Empire*, V Vols., Oxford, Oxford, University Press, 1998-1999; "British Empire", *Encyclopaedia Britannica*, s.l., Encyclopaedia Britannica, inc., 2019, <https://www.britannica.com/place/British-Empire>, acedido em 27 de agosto de 2019.



### 3.2. A construção da percepção do “outro”: o Orientalismo

Mas qual a nossa visão face ao “outro”, que habita outras partes? Como o perspectivamos e à sua cultura? É neste contexto do “eu” perante o “outro”, de oposição, por exemplo, do Ocidental face ao Oriental, que se desenvolve o Orientalismo.

A literatura e, nesta, a literatura de viagem, sempre foi um meio para transmitir conhecimento sobre o “outro”. Era, muitas vezes, através desta que se construía e disseminava a visão que tínhamos sobre aquele para quem se olhava.

O autor por excelência nos estudos sobre o Orientalismo foi Edward W. Said, que dedicou a sua obra *Orientalism: Western conceptions of the Orient*, do final da década de 1970, a este tema, focando as experiências da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos da América<sup>117</sup>.

Edward W. Said considera que o orientalismo é um campo de estudo iniciado quando, no contexto do Concílio de Vienne (1311-1312), se decidiram estabelecer cátedras de árabe, grego, hebraico e sírio nas universidades de Avignon, Bolonha, Oxford, Paris e Salamanca<sup>118</sup>. Os estudos desenvolvidos eram, portanto, geográfica, cultural, linguística e etnicamente circunscritos ao Oriente (não obstante a disciplina de árabe não ter sido criado em nenhuma destas universidades). Era um campo de estudos que, à partida, tinha uma abrangência geográfica ambiciosa<sup>119</sup>.

---

<sup>117</sup> Edward W. Said (1935-2003) foi professor de Literatura Comparada na Universidade de Columbia. Em 1978, revolucionou as Ciências Sociais e as Humanidades com a publicação da referida obra. Nesta advogava a ideia de que o Oriente foi “inventado” pelo Ocidente” e problematizou a inocência académica e cultural na produção de conhecimento e representações sobre o “outro”. A sua obra foi considerada extremamente politizada e instigada pelo contexto palestino, tendo sido alvo de críticas.

<sup>118</sup> O Concílio de Vienne decorreu em Paris, tendo tido como principal resultado o fim do apoio papal aos Cavaleiros Templários, fruto da pressão exercida por Filipe IV de França que, por necessitar de dinheiro para prosseguir com a guerra contra a Inglaterra, acusou Jacques de Molay, Grão-mestre dos Templários, uma ordem cuja riqueza e poder tinha crescido desde o final do século XI, de corrupção e heresia. O rei de França ficou, assim, isento do pagamento dos empréstimos que havia contraído dos Templários.

<sup>119</sup> Said problematiza a inexistência, por oposição, de um campo de estudo sobre o ocidentalismo. Ver Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 60.

Todavia, à luz do contexto da Península Ibérica a cronologia evocada por Edward W. Said pode ser questionada. Por exemplo, a conquista desta região pelos árabes deu-se a partir do século VIII, e onde ficariam durante alguns séculos no que designavam de al-Garb al-Andalus, existindo inúmeros vestígios da sua presença, tais como, a título de exemplo, na toponímia e na onomástica. Muitos deles ainda hoje persistem. Esta presença fez com que se desenvolvessem contactos, procurava-se conhecer melhor o outro, a sua língua e a sua cultura<sup>120</sup>. Já existia, de facto, um antigo legado do Oriente na Península Ibérica que Said não considera.

Não obstante as problematizações em torno da datação da emergência do Orientalismo, desta corrente emergia a figura do orientalista, aquele que lhe dava forma e uma estrutura material. Especializando-se em línguas e literaturas orientais, até meados do século XVIII, focavam, sobretudo, elementos bíblicos, idiomas semíticos, temáticas sobre o islamismo, entre outros. Paralelamente, até ao final do mesmo século, ainda não tinha sido estudada grande parte da Ásia.

Contudo, a demarcação entre o Ocidente e o Oriente não foi um processo rápido. Demorou séculos até ser concretizada, tendo sido instigada pela expansão colonial, pelos contatos comerciais, pelas guerras, entre outros fatores. Foi no século XVIII que houve uma maior solidez para desenvolvimento desta dicotomia, fruto de um maior conhecimento que a Europa tinha sobre o Oriente, contexto em que o colonialismo foi absolutamente determinante, fazendo ressaltar o interesse pelo que era considerado diferente, estranho e incomum e que passou a ser estudado e explorado pelas ciências em diferentes domínios (como por exemplo, pela etnologia, anatomia comparada, filologia, história). A par desta vertente mais científica, desenvolveu-se igualmente a literatura, nomeadamente, os romances, os poemas, as traduções e os relatos de viagem.<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup> António de Oliveira Marques, *História de Portugal. Volume I. Das Origens ao Renascimento*, Lisboa, 1997, pp. 30, 46, 65.

<sup>121</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 50.

Assim, em Oitocentos, o Orientalismo enquanto campo de estudo e investigação ganhou um novo dinamismo, institucionalizando-se a partir do colonialismo do século XIX. Este período foi contemporâneo, como verificámos, do apogeu colonial britânico e francês (não obstante o pioneirismo expansionista português e espanhol anteriormente mencionados). Assim se justifica que o Orientalismo tenha tido um maior dinamismo na Grã-Bretanha e em França, Estados que dominavam grande parte do Mundo – “de 1815 a 1914, o domínio colonial direto europeu cresceu de cerca de 35% para cerca de 85% de toda a superfície da terra”, afetando todos os continentes, com destaque para o africano e para o asiático<sup>122</sup>.

“Subitamente pareceu, para uma ampla variedade de pensadores, políticos e artistas, que uma nova consciência do Oriente, estendendo-se da China ao Mediterrâneo, havia surgido”<sup>123</sup>. Esta mudança resultou, em parte, da descoberta e tradução de textos orientais em várias línguas, como o sânscrito, o zendá e o árabe. O Oriente emergia, sobretudo, na literatura e outros elementos textuais, com traduções e obras editadas. Entre 1800 e 1950 terão sido escritas cerca de 60 mil obras sobre o Oriente, valor nunca alcançado pela produção de livros de orientais sobre o Ocidente. De facto, muitos escritores do século XIX eram entusiastas do Oriente, surgindo até um estilo de escrita orientalista presente, segundo Edward W. Said, por exemplo, nas obras de Edward Fitzgerald<sup>124</sup>. Poetas, ensaístas, filósofos, entre outros, foram afetados pela febre orientalista. O oriental era visto como “exótico, misterioso, profundo, seminal”<sup>125</sup>.

Mas não foi apenas a literatura sobre o Oriente que proliferou, destacou-se, por exemplo: a organização e realização de exposições em museus; as reconstruções dos

---

<sup>122</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, 51.

<sup>123</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 52.

<sup>124</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 61-62.

<sup>125</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 61.

departamentos coloniais; o aumento do número de disciplinas e cursos com estudos e línguas orientais no Ocidente, bem como especializações. Neste último caso, ainda assim, o que era escrito ou lecionado era muito condicionado politicamente, devendo estar demarcada a diferença entre o Ocidente e o Oriente. A par destas iniciativas, cresceram também instituições com grande reputação no século XIX, como são exemplo a *Société Asiatique*, a *Royal Asiatic Society* ou a *American Oriental Society*<sup>126</sup>.

Todavia, em termos cronológicos, os estudos desenvolvidos não eram abrangentes. Até ao final de Oitocentos o foco ia, sobretudo, para o Oriente clássico, descurando-se os períodos moderno ou contemporâneo. Constituiu uma exceção o *Institut d’Egypte*, uma academia científica sediada no Cairo, criada em 1798 por Napoleão Bonaparte aquando da Campanha do Egito<sup>127</sup>. Esta campanha foi de índole tanto militar como científica, uma vez que Napoleão fez-se acompanhar no campo de batalha por especialistas de várias áreas das ciências, bem como por artistas, para estudarem e representarem o povo a conquistar. Desta invasão nasceu a Egiptologia e a obra *Description de l’Egypte*, publicada em vários volumes entre 1809 e 1829<sup>128</sup>. O Egito passou então a ser perspectivado como uma província ativa, o local a partir do qual o Ocidente passou a conhecer o Oriente<sup>129</sup>.

Efetivamente, até ao século XIX, para a Europa o Oriente tinha uma “história contínua de incontestado controle ocidental”. Para Edward W. Said tal verificava-se no caso das experiências da Grã-Bretanha nas Índias Orientais, na China e no Japão, ou no caso francês e italiano em várias partes do Oriente. Houve, porém, alguns momentos de

---

<sup>126</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 53-54.

<sup>127</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 61-62.

<sup>128</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 35.

<sup>129</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 52-53.

perturbação desta conjuntura, como quando entre 1638 e 1639 os cristãos japoneses expulsaram os portugueses do seu território<sup>130</sup>.

O desenvolvimento de estudos sobre o Oriente não era inocente e constituía uma vantagem para as potências coloniais, que por esta via ficavam a conhecer melhor os seus colonos e com eles potenciavam o desenvolvimento de boas relações. Sendo, nesta altura, os impérios britânico e francês os mais poderosos, assim se justifica que tenham sido britânicos e franceses a desenvolver um maior número de obras e estudos sobre o Oriente. Da parte da Grã-Bretanha existia um interesse particular para o desenvolvimento de boas relações com os nativos, na promoção de uma boa atividade da Companhia Britânica das Índias Orientais.

Paralelamente, ao desenvolverem-se, por exemplo, os Estudos Orientais, pretendia-se também dotar os futuros colonos e administradores das regiões colonizadas. Estavam subjacentes nas iniciativas levadas a cabo, sobretudo, por britânicos e franceses, objetivos políticos e coloniais<sup>131</sup>.

Para além da emergência do Orientalismo enquanto campo de estudo, na sua obra, Edward W. Said aprofunda ainda outras problemáticas relacionadas com este conceito que, embora não mereçam ser excessivamente aprofundadas neste trabalho, dado que o que se pretende é reconstituir a história de vida de Jaime do Inso, merecem ser referidas, como uma visão politizada das obras escritas nos séculos XVIII e XIX. Visava-se, valorizar a posse de espaços coloniais e, simultaneamente, demonstrar a superioridade da metrópole e dos seus habitantes, face ao Oriente.

Segundo Edward W. Said o Orientalismo pode representar três elementos. Por um lado, pode ser um campo de estudo académico, focado nas línguas, sociedades e culturas orientais. Qualquer pessoa, de qualquer área científica, que investigue o

---

<sup>130</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 82.

<sup>131</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 35.

Oriente, pode ser considerado um orientalista, desenvolvendo, portanto, o Orientalismo. Trata-se do conceito que desenvolvemos anteriormente associado à emergência e, sobretudo, ao desenvolvimento do Orientalismo a partir do século XVIII, em estrita relação ao apogeu dos impérios britânico e francês.

Por outro lado, o orientalismo pode também representar um “estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre “O Oriente” e (a maior parte do tempo) “o Ocidente””<sup>132</sup>. Ou seja, poderá representar uma corrente de pensamento que distingue o Oriente e o Ocidente através do real e do científico.

Numa terceira perspectiva, o Orientalismo pode ainda ser “uma instituição organizada para negociar com o Oriente”. Esta teoria teria uma conotação mais histórica e materialmente definida a partir do século XVIII, estando associada não só a uma opinião e descrição deste espaço, como também à sua colonização e governo. No fundo, trata-se de um estilo ocidental de dominação, reestruturação e autoridade face ao Oriente<sup>133</sup>. É, portanto, uma visão politizada daquilo que era escrito em Oitocentos, olhando-se para o Oriente como inferior ao Ocidente em termos políticos, económicos, culturais e religiosos, o espaço que é dominado (a Este), por oposição ao que detém a hegemonia (a Oeste).

Atendendo à dicotomia Ocidente / Oriente, ao remeter para uma visita a Beirute de um jornalista francês, Edward W. Said desenvolveu a ideia de que “O Oriente era uma invenção europeia, e fora desde a Antiguidade um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis”<sup>134</sup>.

Efetivamente, os conceitos e a ideia de Ocidente e Oriente são uma construção humana. Um constrói-se pelo conhecimento que temos do outro, por semelhança ou

---

<sup>132</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 14.

<sup>133</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 15.

<sup>134</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 13.

oposição, enriquecendo-se. Ao descrever-se, tanto no século XIX como hoje em dia, uma civilização oriental, não estamos a dar-lhe voz para que se descreva, mas sim a falar sobre ela de acordo com a nossa perspetiva, experiências de vida e contextos. Assim, o orientalismo pode ser entendido mais “como um sinal europeu-atlântico sobre o Oriente que como um discurso verídico sobre o Oriente”<sup>135</sup>. É sempre uma visão condicionada que pode, ou não, representar o real.

Todavia, Oriente e Ocidente não são apenas uma ideia, têm uma realidade material e territorial que lhes corresponde<sup>136</sup>. Podemos considerar exageradas e irreais as descrições do Oriente. Trata-se, antes, da forma encontrada pelo Ocidente para “inventar” o Oriente. O orientalismo foi, assim, construído à margem dos próprios orientais. Mas corresponderia esta visão ocidental à realidade?

A França e a Grã-Bretanha, mas também, ainda que com menor peso, a Alemanha, a Rússia, a Espanha, Portugal, a Itália e a Suíça, tiveram uma relação histórica com o Oriente, “uma longa tradição daquilo que deverei chamar de *orientalismo*”<sup>137</sup>. De facto, era no Oriente que se situavam as colónias europeias mais antigas e ricas, a riqueza das suas civilizações e línguas eram ímpares, concorrendo culturalmente com o Ocidente e sendo por ele perspectivado como o “outro”, ajudando a que o Ocidente e, sobretudo, a Europa, definissem a sua imagem, personalidade e vivências por contraste ao Oriente. A cultura europeia enriqueceu-se e desenvolveu a sua identidade ao comparar-se com o Oriente. Esta relação faz com que o Oriente integre a civilização e a cultura europeia. O Oriente está presente na cultura, no discurso, nas instituições, na doutrina, na burocracia, entre outros.

---

<sup>135</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 18.

<sup>136</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 16-17.

<sup>137</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 13.

Na realidade, o Oriente foi importante para que o Ocidente se construísse em termos materiais e intelectuais. O Ocidente desenvolveu-se por oposição ao outro, ajudando-o a legitimar os seus interesses colonialistas e a elevar-se.

Por outro lado, para Edward W. Said, o Orientalismo não é uma fantasia que a Europa criou sobre o Oriente, mas uma realidade construída pelo seu discurso, na qual se cruzam o poder e o saber<sup>138</sup>. De facto, a visão do Ocidente face ao Oriente é uma visão de poder, na medida em que no entendimento do ocidental ele é superior àquele para quem olha, o “outro”, neste caso particular, o oriental, assim como o foi igualmente considerado perante os americanos ou os africanos. De facto, a expansão para outros territórios era fundada em três pressupostos básicos: evangelizar – pela difusão da fé cristã; ocupar – uma ocupação efetiva de dominação e controlo; e civilizar – crendo-se na supremacia europeia em vários domínios, desde o político ao económico, passando pelo cultural e religioso.

Desta forma, a relação entre o Oriente e o Ocidente foi uma relação de medição de forças, de dominante e dominado, de demonstração de hegemonia<sup>139</sup>. É uma

“ideia da Europa, uma noção coletiva que identifica o “nós” europeus em contraste com todos “aqueles” não-europeus, e de fato pode ser argumentado que o principal componente na cultura europeia é precisamente que torna essa cultura hegemónica tanto na Europa quanto fora dela, a ideia da identidade europeia como sendo superior em comparação com todos os povos e culturas não-europeus”<sup>140</sup>.

---

<sup>138</sup> Said assentou a sua tese na noção de discurso de Michel Foucault, focando as relações entre o saber e o poder.

<sup>139</sup> Edward W. Said desenvolve o conceito de hegemonia com base nas teorias de Antonio Gramsci.

<sup>140</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 19.



O ocidental apresenta sempre a sua visão do mundo, colocando-se como superior ou numa posição de vantagem face aos demais. Desta forma, os estudos desenvolvidos eram fundados

“mais ou menos exclusivamente em uma consciência europeia soberana, de cuja incontestada centralidade surgiu um mundo oriental, primeiro de acordo com ideias gerais sobre quem e o que era oriental, depois segundo uma lógica detalhada governada não apenas pela realidade empírica, mas por um conjunto de desejos, repressões, investimentos e projeções”<sup>141</sup>.

Na maioria das obras, científicas ou não, era demarcado um posicionamento superior da Europa, uma posição de força e domínio. Ainda que fossem denotadas de um fascínio e demarcada a “grandeza” civilizacional Oriental, em termos políticos, culturais e, até, religiosos, o Oriente era sempre considerado como o lado mais fraco da relação. As obras então redigidas estavam, claramente, submersas na visão do eurocentrismo e da superioridade europeia, desenvolvendo perspectivas racistas e imperialistas. O oriental era caracterizado como sendo “irracional, depravado (caído), infantil, “diferente”” sendo, por oposição, o europeu, dotado de racionalidade, virtude, maduro e normal<sup>142</sup>. Os orientais viveriam num mundo próprio, diferente dos ocidentais, mas ainda assim organizado. O Oriente e o oriental eram vistos como um objeto de estudo,

“como algo que se julga (como em um tribunal), algo que se estuda e se descreve (como em um currículo), algo que se disciplina (como em uma escola ou prisão), algo que se ilustra (como em um manual zoológico)”<sup>143</sup>.

---

<sup>141</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 19.

<sup>142</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 50.

<sup>143</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 50-51.

Estas realidades eram vistas como algo dogmático, inalterável e indiscutível<sup>144</sup>. Assim, para Edward W. Said, a partir do final do século XVIII, quando a Grã-Bretanha e a França emergiram enquanto potências colonizadoras, criou-se conhecimento sobre o oriental, as suas dinâmicas e sociedades, construção essa que não era desinteressada ou inocente e que tinha como objetivo facilitar uma apropriação e dominação não só cognitiva, como também material<sup>145</sup>

### 3.3. O Orientalismo português

Ainda que Edward W. Said defina que falar do Orientalismo é falar, sobretudo, de “uma empresa cultural francesa e britânica”, a passagem portuguesa por terras orientais e o que sobre elas foi produzido no contexto nacional é absolutamente inquestionável<sup>146</sup>.

O Orientalismo português é, todavia, diferente daquele que foi desenvolvido por britânicos e franceses e que, segundo Edward W. Said, era assente em conceitos de “subalternização material e discursiva do Outro”<sup>147</sup>.

Existe, portanto, neste extremo da Europa, o desenvolvimento de um paradigma próprio de Orientalismo, adaptado às conjunturas do Reino, aos contextos políticos, económicos e culturais. De facto, o império português não se assemelhava às formas de dominação britânica ou francesa. Ao contrário da perspetiva apresentada por Edward

---

<sup>144</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 50.

<sup>145</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 23.

<sup>146</sup> Edward W. Said, *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 15.

A obra de Edward W. Said só foi publicada em Portugal pela primeira vez no princípio do século XXI, 26 anos depois do seu lançamento em inglês. Nessa altura, já o tema e o livro estavam a ser amplamente debatidos.

<sup>147</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 11.

W. Said, falar de Orientalismo em Portugal é fazer emergir uma visão mais apaixonada<sup>148</sup>.

Mas porquê não pode a proposta de Edward W. Said ser transposta para o contexto nacional? Por um lado, o império português no Oriente não era um espaço politicamente contínuo e único, com uma ocupação permanente do território e um enquadramento das populações locais. Assemelhava-se, antes, a uma rede, não havendo um projeto de enquadramento administrativo continuado. Como tal, não implicava a construção de um saber detalhado sobre o espaço e as pessoas que o habitavam. Era no plano missionário, entregue à Igreja, que o projeto estava melhor delineado e era mais sólido. Ainda assim, tal implicava apenas um conhecimento da administração eclesiástica local, não sendo aprofundados outros domínios. Aos olhos do império britânico e francês, este tipo de conhecimento poderá até parecer pouco rigoroso e dotado de um elevado fanatismo religioso<sup>149</sup>.

Por este motivo, o Orientalismo surge, neste contexto, num termo lato, como “um exercício de força cultural” onde aquele que não é europeu pertence a um grupo mais vasto, é indiferenciado e que tanto pode ser oriental, como por exemplo, africano ou muçulmano<sup>150</sup>.

Não obstante estas particularidades, em Portugal, à semelhança do que acontecia na restante Europa, a literatura era tida como a arte por excelência no âmbito do Orientalismo, funcionando como uma forma de projetar o imaginário e consolidar o processo político e ideológico. O destaque ia, com frequência, para a Índia, com

---

<sup>148</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 11.

<sup>149</sup> Esta é a perspetiva defendida pelo historiador António Hespanha e citada na obra Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 43-44.

<sup>150</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 16.

particular enfoque cultural no século XVI, período tido como grandioso para o império, como verificámos anteriormente<sup>151</sup>.

Porém, o Orientalismo nunca teve uma finalidade colonial, ao contrário do que aconteceu com os impérios britânico ou francês. Ainda que tenha existido produção com este fim, não teve grandes ou notórias consequências. Portugal perderia a sua importância colonial a partir do momento em que, no final do século XVI, holandeses, britânicos e franceses efetivassem a sua presença no Oriente. Simultaneamente, alterámos a nossa atenção para outra parte do nosso império colonial pluricontinental. O foco passou a ser o Brasil, decaindo a importância dada quer à Índia, quer a África.

“Chegado o século XIX, os portugueses tinham apenas sob o seu poder (no Oriente) o pequeno estado de Goa com os enclaves de Damão, Diu, Nagar-Haveli (Índia), a província de Macau, na China, e Timor Leste, na Oceânia. O Padroado Português no Oriente, aliado histórico da coroa, continuará a exercer alguma influência noutras regiões da Ásia pela via da missionação”<sup>152</sup>.

Portugal contrastava, assim, com o “Novo Imperialismo” que emergia no século XIX e que corresponde a uma ocupação efetiva pelas novas potências, frequentemente colidindo com a soberania portuguesa. Após ter perdido o Brasil em 1822, Portugal não conseguia competir no Oriente, concentrando-se em África dada a problemática latente de corrida e partilha deste continente no final do século XIX, liderada pela Inglaterra, França e Alemanha, tal como menciono no primeiro capítulo<sup>153</sup>.

Estando o contexto colonial português focado no continente africano, o Orientalismo que se desenvolve em Oitocentos é, portanto, defensivo, procurando-se

---

<sup>151</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 17.

<sup>152</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 44.

<sup>153</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 44-45.

conservar o poder político e religioso existente em terras asiáticas. “Em suma: no Portugal oitocentista, não houve propriamente uma questão do Oriente”, ficando este para segundo plano num contexto colonial global<sup>154</sup>.

O Oriente ganharia um novo ânimo aquando do Ultimato britânico de 1890.

“Portugal, fraco militar e politicamente, cria, então, um expediente, o de «celebrar a Índia para defender África». Muito do que já se tinha produzido em termos de conhecimento sobre o subcontinente indiano e outras partes da Ásia (...) terá servido para assinalar a precedência de Portugal nas conquistas extracontinentais da Europa”<sup>155</sup>.

Podemos, assim, falar de uma reanimar ou renascimento do Orientalismo em Portugal no final do século XIX? O que surgia nesta altura havia sido realizado durante o período moderno, sendo publicado pela primeira vez ou republicado e divulgado não só nacionalmente como também internacionalmente, consolidando o passado histórico e colonial português. Nesta altura, a par das publicações, realizaram-se também festas e atividades comemorativas de heróis da expansão, bem como celebrações de datas marcantes<sup>156</sup>.

Pode-se afirmar que existe uma vasta literatura sobre o Oriente em Portugal desde o final do século XVI, pautada pelo romantismo e pelo exotismo. Em Oitocentos e Novecentos, existiam turistas literários, mas em reduzido número, dado que “os portugueses, ao contrário de ingleses e franceses, não se terão aventurado em grande número no e para além do Mediterrâneo”. Por este motivo, os relatos de viagens de portugueses foram perdendo importância em detrimento de outros viajantes europeus.

---

<sup>154</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 45.

<sup>155</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 45.

<sup>156</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 45.

Inicialmente, alguns focavam locais mais próximos, para mais tarde alcançarem a China e o Japão. Este afastamento português faz com que

“O Oriente sonhado pelos escritores e demais artistas oitocentistas tornou-se progressivamente mais imaterial, espaço impreciso e sem contornos geográficos, onde desaparecia o mal-estar que a civilização provocava no homem europeu”<sup>157</sup>.

### 3.4. Inso no Orientalismo

O reanimar do foco no Oriente, no final do século XIX, coincidiu com os primeiros anos de vida de Jaime do Inso. Não podemos afirmar com toda a clareza que por ele tenha sido influenciado em tão tenra idade. Mas também não podemos negar que não tenha nele despertado curiosidade e interesse por estas regiões que, mais tarde, viria a visitar enquanto oficial da Marinha Portuguesa.

Como já foi referido, no contexto profissional, Jaime do Inso viajou pelo Mundo entre 1899 e 1938. Por exemplo, em 1905, esteve a bordo da canhoneira “Pátria” rumo a Luanda e ao Brasil. A mesma, levá-lo-ia, no ano seguinte, a Cabo Verde, aquando do seu regresso a Lisboa vindo do Brasil. Já a bordo da canhoneira “Liberal” chegaria a Angola em 1907 para, em 1911 e 1912, retomando a “Pátria”, rumar a Timor e Macau.

Escreveu sobre vários sítios por onde passou, podendo ser o que designámos de um turista literário. Contudo, embora tenha estado nos três continentes, verifica-se que apenas um o deslumbrou no sentido literário – a Ásia. Poderia ter escrito sobre o Brasil, sobre Cabo Verde ou sobre Angola. Mas não o fez, remetendo-nos para o seu carácter orientalista. Insere-se, assim, no grupo de indivíduos que viajaram pelo Oriente, deslumbrando-se com esta região e sobre ela deixando o seu registo e memória escrita.

Todavia, não podemos negligenciar que Jaime foi um homem do seu tempo. No panorama político, vivenciou a transição da Monarquia Constitucional para a I República

---

<sup>157</sup> Everton V. Machado, *O orientalismo português e as Jornadas de Tomas Ribeiro. Caracterização de um problema*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 50.

e, desta, para o Estado Novo. As suas obras foram maioritariamente redigidas e publicadas, como veremos, no enquadramento deste último regime de índole ditatorial, acerca do qual falei no segundo capítulo deste trabalho.

A par desta conjuntura histórica e política, Inso era um oficial da Marinha portuguesa em missão no Oriente, em representação do seu País. Portanto, as suas obras e apresentações inseriam-se no âmbito de uma propaganda colonial, tendo uma conotação ideológica. Alterna, com frequência, entre uma atitude de deslumbramento e ficcional, com um pendor altamente romântico, mas também nacionalista, patriótico e valorizador do passado colonizador português<sup>158</sup>.

No âmbito da sua produção literária e exposições públicas, em 1929 apresentou o trabalho *Macau: a mais Antiga Colónia Europeia no Extremo Oriente*, na Exposição de Sevilha. Na década seguinte, apresentaria *China*, numa conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, em junho de 1930; publicaria dois livros sobre Macau e a China, *O Caminho do Oriente*, de 1932, e *Visões da China*, no ano seguinte<sup>159</sup>; e, em 1934, exporia a tese *A Colonização e o Problema do Oriente Português*<sup>160</sup>. Dois anos mais tarde publicaria ainda a obra monumental designada *China* e, em 1941, a pequena obra *Cenas da Vida de Macau*. A estas obras e apresentações poderíamos acrescentar outras, mas não tão relevantes neste contexto porque estão relacionadas com temáticas técnicas da Marinha.

Como mencionado, embora tenha permanecido pouco tempo nos locais por onde passou, o Oriente e o fascínio que este nele despertou constituiriam o epicentro das suas obras literárias, de divulgação e/ou científicas. Todas elas tinham em comum

---

<sup>158</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, pp. 6-8.

<sup>159</sup> *Visões da China* é considerado por Jaime do Inso como um complemento ou continuação de *O Caminho do Oriente*. Nesta última obra há uma introdução ao Oriente e à China. Já em *Visões da China* pretende-se, à semelhança do anterior, desenvolver uma narrativa de cenários reais, demonstrando o ambiente único e típico da vida em Macau.

<sup>160</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 5.

pertencerem ao campo de estudos do Orientalismo, tratando o seu exotismo e o seu mistério, com destaque para China e Macau<sup>161</sup>.

Para Jaime do Inso a China e o Oriente eram absolutamente indissociáveis, afirmando que o segundo

“oferece, para nós, qualquer coisa de indefinível e de misterioso que, longe de ser uma ficção, é real, existe, afeta-nos em graus variáveis conforme os temperamentos e as circunstâncias, e criando aquele ambiente peculiar que à maioria dos ocidentais cativa, encanta, perturba e agrada”<sup>162</sup>.

Ou seja, para Jaime do Inso, o Oriente era o despertar de sentimentos. Uma visão que, ao contrário do que Edward W. Said refere, não era construída pelo Ocidente, porque era “real, existe”, mas que era condicionada pelo individualismo, experiências, contextos e conjeturas de quem para ele olha.

A China era, um mundo de contradições, que Inso descreve de forma metafórica:

“A China é uma esfinge que encanta e arrepiá, como mulher formosa e inocente, ou megera desbravada; a China é um símbolo que nos prende a pensamentos profundos, ao mesmo tempo que é um gracejo, uma bobice, um brinquedo de crianças; a China é uma fenix que renasce, continuamente, dum pesado destino de martírio, confiante, juvenil, de sangue novo e ridente; a China, qual seára exuberante e florida, onde fecundam infindas aspirações, a China – a eterna contradição!”<sup>163</sup>.

---

<sup>161</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 5.

<sup>162</sup> Jaime do Inso, “A China. Conferência feita em 2 de junho de 1930 pelo Sr. Comandante Jaime do Inso na Sociedade de Geografia de Lisboa”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Tipog. E Papelaria Carmona, s.d., p. 3.

<sup>163</sup> Jaime do Inso, *Cênas da vida de Macau*, Lisboa, Edições Cosmos, 1941, p. 37.



Jaime não a considerava atrativa para o europeu que a visitasse pela primeira vez, ferindo a sensibilidade, havendo fome, revoltas, guerras, entre outros. Transparece, até, uma visão cruel da China como um local desumanizado, onde

“encontram-se seres humanos que trabalham como bestas atreladas, na China até a própria Natureza por vezes se compraz a destruir cruelmente vidas e haveres sob tempestades que não têm rivais: os tufões”<sup>164</sup>.

Mas, por outro lado, era um local forte e capaz de superar as adversidades, que Jaime do Inso chega até a afirmar ser superior ao Ocidente. É desta forma que justifica que tantos europeus fiquem “prisioneiros” da China, embora seja difícil de explicar a cativação que esta exerce<sup>165</sup>. Perante tal sentimento, podemos até afirmar que, mais do que um orientalista, Inso foi orientalizado, ao referir que

“o Oriente imprime ao europeu que lá vive, e que lhe torna o contacto do mundo mais agradável, mais leve, sem tantas arestas cruas como as que aqui lhe encontramos, chegando até em casos extremos, a ponto de a Europa se esvair da nossa mente como um sonho passageiro ou um pesadelo distante...”<sup>166</sup>.

Mas, então, porque regressou Jaime do Inso do Oriente, contrariamente ao rumo seguido por tantos outros, que por lá ficaram, encantados por esta região?

---

<sup>164</sup> Jaime do Inso, “A China. Conferência feita em 2 de junho de 1930 pelo Sr. Comandante Jaime do Inso na Sociedade de Geografia de Lisboa”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Tipog. E Papelaria Carmona, s.d., p. 5.

<sup>165</sup> Jaime do Inso, “A China. Conferência feita em 2 de junho de 1930 pelo Sr. Comandante Jaime do Inso na Sociedade de Geografia de Lisboa”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Tipog. E Papelaria Carmona, s.d., pp. 4-6.

<sup>166</sup> Jaime do Inso, “A China. Conferência feita em 2 de junho de 1930 pelo Sr. Comandante Jaime do Inso na Sociedade de Geografia de Lisboa”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Tipog. E Papelaria Carmona, s.d., p. 7.

Apesar da maioria das obras de Inso refletirem sobre a China e, neste contexto, sobre Macau, este escreveu igualmente sobre Timor que considerava ser, “de todas as Colónias, (...) é, não só a mais longínqua como a mais ignorada”<sup>167</sup>.

Embora o objetivo desta obra fosse fazer um relato de uma viagem em que participou, sendo escrita na primeira pessoa, no contexto de uma revolta local em Timor em 1912, começa por fazer uma abordagem histórica à sua colonização. Também neste caso se remete para a boa receção dos portugueses por parte dos autóctones – “o gentio havia corrido à praia, surpreso e admirado, mas, longe de agredir os recém-chegados, dava todas as mostras de os querer receber em paz”<sup>168</sup>. Os missionários, remetendo para um Orientalismo que subjuga pela religião, terão sido bem recebidos pelo rei. O próprio Jaime Correia do Inso admite que Timor era, inicialmente, uma colónia mais de cariz religioso do que de ocupação territorial pelas autoridades, emergindo o poder espiritual face ao temporal materializado nos missionários dominicanos<sup>169</sup>. Estamos perante uma demonstração do nacionalismo com que as colónias eram encaradas, evidenciando o carácter “civilizador” e religiosamente construtivo dos portugueses, em detrimento da violência e da dominação.

Paralelamente, ainda que este relato de viagem seja feito num contexto militar, demonstrando a evolução da revolução, os avanços e recuos e o posicionamento português narrado na primeira pessoa, Jaime do Inso não deixa de apresentar o seu posicionamento Orientalista. Descreve Díli como sendo “formada por uma série de belas herdades à beira de montanhas e banhadas pelo mar”, admirando-se por num local com tamanha beleza estar a decorrer uma guerra<sup>170</sup>.

---

<sup>167</sup> Jaime do Inso, *Timor – 1912*, Lisboa, Edições Cosmos, 1939, p. 5.

<sup>168</sup> Jaime do Inso, *Timor – 1912*, Lisboa, Edições Cosmos, 1939, p. 6.

<sup>169</sup> Seria, mais tarde, o vice-rei da Índia a solicitar que Timor se tornasse numa capitania tendo, para este efeito, nomeado um governador. Jaime do Inso, *Timor – 1912*, Lisboa, Edições Cosmos, 1939, p. 7.

<sup>170</sup> Jaime do Inso, *Timor – 1912*, Lisboa, Edições Cosmos, 1939, p. 21.

### 3.5. O Caminho do Oriente

Como referido, *O Caminho do Oriente* foi publicado em 1932. Dois anos mais tarde, venceria o Prémio do VI Concurso de Literatura Colonial. Esta obra literária de ficção desvenda ao ocidental que a lê o mistério do Oriente e, em particular, de Macau<sup>171</sup>.

Já no contexto de uma apresentação sobre a China na Sociedade de Geografia de Lisboa em 1930, Jaime do Inso tinha tido a oportunidade de clarificar que Macau

“não nos foi cedida pela força das armas, mas representa apenas uma dádiva do antigo Império, em reconhecimento dos serviços prestados pelos portugueses na repressão da pirataria”<sup>172</sup>.

Não podemos descurar que *O Caminho do Oriente* está claramente inserido no contexto político em que foi escrito, de uma emergência do Estado Novo que se viria a institucionalizar, como referimos, a partir de 1933 e que perduraria durante 41 anos, até a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Como tal, não importava denunciar a violência e os excessos da colonização portuguesa, mas sim as mais-valias que tinham sido levadas e construídas nos espaços colonizados, no caminho da “civilização”. Desta forma,

“a presença da nossa bandeira em Macau deve ser olhada com carinho por todos os chineses, porque ela não representa mais do que uma verdadeira tradição cheia de amizade, um amplexo da civilização ocidental que eles hoje tanto apreciam, sem um perigo, um significado

---

<sup>171</sup> A colonização de Macau iniciou-se em meados do século XVI, sendo gradualmente ocupada por navegadores portugueses. Macau tornou-se, rapidamente, numa importante cidade e entreposto comercial, que ligava a China, o Japão e a Europa. Foi apenas em 1887 que a China reconheceu a soberania e ocupação portuguesa, a qual viria a findar em 1966, na sequência da revolta dos residentes chineses pró-comunistas.

<sup>172</sup> Jaime do Inso, “A China. Conferência feita em 2 de junho de 1930 pelo Sr. Comandante Jaime do Inso na Sociedade de Geografia de Lisboa”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Tipog. E Papelaria Carmona, s.d., p. 29.

deprimente de opressão ou de conquista, mas apenas uma saudação que vem, desde tempos remotos”<sup>173</sup>.

“Macau é bem um torrão português, uma conquista de amizade que nós conservamos como uma jóia preciosa da nossa expansão marítima, e para cuja guarda não pouparemos sacrifícios”<sup>174</sup>.

Legitimava, assim, a presença histórica portuguesa em Macau, uma presença amigável, pacífica e, até, localmente desejável, ainda que reconheça que, na década de 1930, já estava a ser discutida a viabilidade portuguesa de manutenção de Macau na imprensa chinesa<sup>175</sup>.

Desta forma, Jaime do Inso não é imparcial nesta sua obra, deixando transparecer a sua opinião através de comentários, bem como a ideologia subjacente ao regime político em que vivia. Denota-se a vocação colonial portuguesa e o elogio ao colonialismo nacional, demonstrando-se que Portugal deveria retomar o caminho para o Oriente, aliás, “desejo” que serve de mote ao título da obra estimulando o “ressurgir da Pátria”<sup>176</sup>. Esta é, portanto, uma obra de pendor orientalista, na medida em que é sobre o Oriente e que desvenda os mistérios desta parte. É também uma obra nacionalista, porque procura demonstrar o passado colonial português no Oriente e o estabelecimento em Macau, evidenciando Inso:

“tenho fé e esperança no ressurgimento da nossa Pátria a que andam tão intimamente ligados o prestígio e a riqueza das nossas colónias (...)

---

<sup>173</sup> Jaime do Inso, “A China. Conferência feita em 2 de junho de 1930 pelo Sr. Comandante Jaime do Inso na Sociedade de Geografia de Lisboa”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Tipog. E Papelaria Carmona, s.d., p. 30.

<sup>174</sup> Jaime do Inso, “A China. Conferência feita em 2 de junho de 1930 pelo Sr. Comandante Jaime do Inso na Sociedade de Geografia de Lisboa”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Tipog. E Papelaria Carmona, s.d., p. 31.

<sup>175</sup> Jaime do Inso, “A China. Conferência feita em 2 de junho de 1930 pelo Sr. Comandante Jaime do Inso na Sociedade de Geografia de Lisboa”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Tipog. E Papelaria Carmona, s.d., p. 30.

<sup>176</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 13.

daquela outra metade do mundo onde ainda conservamos, como herança, uma jóia antiga que se chama Macau”<sup>177</sup>.

Consciencializando-se do desconhecimento face ao Oriente tido pelos portugueses, Jaime parte do pressuposto de que “este livro não é feito para os que conhecem o Oriente”, dando ainda a conhecer “um esboço da vida colonial”<sup>178</sup>.

De facto, na sua perspetiva o Oriente era uma terra “tentadora e voluptuosa para o europeu, cheia de ilusões e desilusões, de gozos e perigos (...)”<sup>179</sup>, antagonismos que radicam na construção de uma imagem por oposição ao “eu”, ao “europeu”, ao “português” e que poderão remeter para a superioridade deste último, vinculado ao Orientalismo.

Não obstante estas dicotomias, o Oriente, “sonho antigo de Portugal”, é, para Jaime do Inso, o motivo onde radica a glória e a grandeza portuguesa, que fez perdurar na memória os feitos deste povo. Mas o autor reconhece que, no seu presente, havia um distanciamento face a este Oriente e que importava restabelecer os laços de outrora. Se outras potências aí “se anteolham e medem, buscando, como rivais, colocação para os seus produtos naquele vastíssimo mercado, escoadouro imenso para as indústrias, energias e capitais dos povos que caminham e sabem o que querem naquela metade”, também os portugueses o deveriam fazer, embora reconheça a ausência de educação e iniciativa para o prosseguir. Neste desenvolvimento das relações com o Oriente, radica igualmente uma política económica de autarcia, característica dos regimes ditatoriais como o Estado Novo, colocando-se a possibilidade de um comércio direto, sem intermediários, entre Portugal e o Oriente, permitindo a tão ambicionada autossuficiente, longe dos “vícios” da importação<sup>180</sup>.

---

<sup>177</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 16.

<sup>178</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, pp. 13.

<sup>179</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, pp. 15.

<sup>180</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, pp. 15.

Nesta obra, Jaime Correia do Inso relata o percurso de duas personagens, Rodolfo Moreira - o mais novo, com 20 anos, “fino, apurado no trato e no trajar, mordendo nervosamente os cigarros que acendia”<sup>181</sup> - e Frazão Antunes – o mais velho, de 30 anos, “um tanto prosaico e calmo, revelava-se, a um simples exame, uma antítese perfeita do seu amigo, a não ser nas qualidades de carácter em que ambos irmanavam no mesmo timbre de finura e honradez”<sup>182</sup>. Não representaria esta antítese física e de personalidade das personagens uma metáfora para a oposição entre o Ocidente e o Oriente?

Os dois amigos, saídos de Lisboa num navio, fizeram uma viagem rumo ao Extremo Oriente, “numa viagem que bem podia chamar-se uma aventura”<sup>183</sup>. O destino era Macau, onde Rodolfo pretendia procurar novos mercados, dado ter uma empresa exportadora de cortiça e que estava a sofrer pela crise do câmbio e desta matéria-prima. A forma como a ideia de Oriente surge neste contexto é, de certa forma, pejorativa, referindo-se que “tinha-o ouvido falar com entusiasmo do Oriente, entusiasmo que ele não chegava a compreender claramente, pois parecia-lhe que um europeu, no meio de civilizações atrasadas, nunca poderia sentir-se bem”<sup>184</sup>. Denota-se, aqui, um Orientalismo de índole colonizadora e de superioridade europeia, semelhante ao denunciado por Edward W. Said e anteriormente estudado.

Logo no início desta viagem, ao passarem por Ceuta, Inso caí num pendor nacionalista e colonialista, ao referir ser esta “moira encantada, a formosa conquista, a primeira aventura marítima dos portugueses”<sup>185</sup>. No entanto, e perante corrida a África algumas décadas antes, em que Portugal, como vimos, se focou igualmente na Índia enquanto bastião, é referido “homem, o mundo, para se ganhar dinheiro, não é só a

---

<sup>181</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 17.

<sup>182</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 17.

<sup>183</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 17.

<sup>184</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 12.

<sup>185</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 19.

África!”, demonstrando-se haver outra alternativa e que esta passaria pelo Oriente, aqui valorizado e fazendo transparecer o Orientalismo de Inso<sup>186</sup>.

Ao longo da sua viagem, Rodolfo e Frazão passam por vários espaços como Marselha, Itália, Porto Saíde, navegaram pelo Mar Vermelho, entraram no Oceano Índico e chegaram à Índia. Nesta última, Jaime do Inso remete para a sua modernidade, dada a anterior presença dos portugueses, mas também dos franceses, ingleses e alemães. O Era o oriental a ser ocidentalizado – “aquelas pinturas eram modernas, bem como o templo”<sup>187</sup>.

Entraram na China por Singapura. É, de facto, o Extremo Oriente a região que uma maior atratividade exerce em Jaime Correia do Inso, que recorre a figuras simbólicas aí presentes como o cônsul de Portugal e padres missionários portugueses, demonstrando ser uma região no Oriente por onde os portugueses já se havia passado e desenvolvido contatos:

“como restos da ativíssima ação de propaganda religiosa que exercemos em todo o Oriente, e que, pouco a pouco, nos tem sido cerceada, mercê do divórcio a que votámos aquela parte do mundo onde outrora tanto valem e ganhámos”<sup>188</sup>.

Remete-se, portanto, na passagem anteriormente citada para aquele que definimos como tendo sido uma das linhas mestras do Orientalismo português, fundado na religião e na missionação, o principal ponto de contacto dos portugueses com o Mundo e a via pela qual exerciam o seu domínio.

A admiração pelo Extremo Oriente começa logo nesta primeira paragem em Singapura, como que aumentando o crescendo de mistério, desconhecido e espanto que se avizinha.

---

<sup>186</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 22.

<sup>187</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 52.

<sup>188</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 53.

“Os dois amigos estavam vivamente impressionados com o que viam. Nunca tinham suposto que Singapura fosse aquela formidável cidade, cosmopolita, interessantíssima pelos variados tipos de raças que apresenta, desde os europeus aos malaios, aos índios, aos parses, aos japoneses, e sobretudo, à população chinesa que ali predomina com uma marca indelével da superioridade do grande povo do ex-celeste império”<sup>189</sup>.

Ainda que em algumas partes possamos denotar uma subjugação do Oriente ao Ocidente, Singapura é visto como um espaço desenvolvido, havendo uma total falta de noção e conhecimento (ocidental) das vivências e costumes deste povo, da sua forma de organização política, social e económica, ao ponto de ser reconhecida a “ideia tão falsa” que os portugueses possuíam. O povo chinês é reconhecido como sendo trabalhador, sóbrio e sério, referindo-se até serem superiores aos europeus nas suas qualidades<sup>190</sup>.

Os companheiros Rodolfo e Frazão passam, de seguida, por Saigão, dirigindo-se ao centro, a Rua Calinat; para depois encontrarem “enfim, a China!”, ao chegarem a Hong Kong, embora “a impressão da chegada não foi das melhores para os dois amigos”<sup>191</sup>. Contrastando com Singapura, aqui a estranheza, o questionamento e o descontentamento eram maiores – existiam “pesados edifícios”, o céu é descrito como “véu de tristeza”, “a atmosfera era baça”<sup>192</sup>. Mas esta perspetiva foi mudando, uma metáfora para a visão como o ocidental vê o oriental, primeiro com estranheza, depois com admiração.

---

<sup>189</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 54.

<sup>190</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 54.

<sup>191</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 65.

<sup>192</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 65.



Chegados a Macau, com a sua “vida movimentada, tanto em terra como no mar, logo às primeiras horas da manhã” e a sua “população trabalhadora”<sup>193</sup>, são relatados vários episódios relacionados com as vivências macaenses, como os festejos do ano novo, um bazar (“bairro de festa e de luz, onde se busca o prazer sem ruído”)· o Palácio do Governador de Macau, onde antigamente havia residido o barão do Cercal, entre outros<sup>194</sup>.

É revelado o desinteresse português por esta terra e a forma como a China está a expandir a sua área de influência. Já se antevia o que iria acontecer algumas décadas mais tarde, quando Jaime do Inso aborda o monopólio dos negócios pelos chineses, as “revoluções constantes” e a ocupação de altos cargos por indivíduos da China. Não obstante esta conjuntura que se avizinha, de perda dos portugueses de Macau, não deixa de expressar a sua admiração ao mencionar a frase de um autóctone: “é raro o europeu que aqui vem e que não gosta da minha terra!”<sup>195</sup>.

No relato feito sobre Macau, Jaime faz ressaltar, igualmente, os sinais da ocupação portuguesa, um reavivar da memória que se quer tornar presente, remetendo-se para “um singelo monumento à Virgem Lourdes” ou os “restos de uma velha fortaleza”<sup>196</sup>.

De facto, são várias as passagens que remetem para o facto de Macau ser semelhante a algumas zonas pitorescas de Portugal. Este era um espaço dividido – entre Portugal e a China, sendo o primeiro, a visão do Ocidente, “que se revela pelos tons claros e limpos das cores, pela arquitetura, pelos sons, pelas calçadas, por um certo ambiente cheio de encanto da nossa tradição!”<sup>197</sup>. Desta forma, Macau é representada

---

<sup>193</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 71.

<sup>194</sup> Temas como o bazar ou o ano novo, mas também o teatro, viriam a ser retomados na obra *Cênas da vida de Macau*, publicada em 1941. Jaime do Inso, *Cênas da vida de Macau*, Lisboa, Edições Cosmos, 1941.

<sup>195</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 71.

<sup>196</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 72.

<sup>197</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 75.

como “um Portugal em miniatura”, o espaço ocupado pelos portugueses que residem no Oriente e, como tal, sendo uma região dotada de grandes qualidades<sup>198</sup>.

Já a China, seria uma representação do imaginário oriental, do exótico e místico, “que se nos apresenta com a força esmagadora do número, o exotismo perturbante das suas exteriorizações, a calma que impressiona, o mistério que paira naquela atmosfera de estranho que nos cerca na penumbra das paisagens...”<sup>199</sup>. O Oriente era, assim, um misto entre aquilo que provoca curiosidade, questionamento e que, simultaneamente, atrai; mas que também provoca uma sensação inicial de cansaço, perturbação e desagrado, sendo necessário um tempo de adaptação, um contornar do dilema entre o questionamento e a adaptação ao exotismo e ao imprevisto. Não obstante este sentimento dual e dicotómico, o fascínio pela China fazia com que fosse maior o número daqueles que se aproximavam, do que daqueles que o “repeliam”.

A importância de Macau para o autor é claramente demarcada no momento em que é feita uma paragem no relato de viagem, para se contar a história desta região e da presença portuguesa nela. E, de facto, “a história de Macau anda ligada a história do intercâmbio direto entre o Extremo Oriente e o Ocidente”<sup>200</sup>. Macau era o único porto por onde se podia entrar na China, a zona intermediária de contato com as autoridades do império, a âncora do cristianismo no Extremo Oriente<sup>201</sup>. Destaca-se, mais uma vez, o Orientalismo português à luz da sua política missionária. Todavia, este que era um dos maiores pontos de contato de Portugal no extremo Oriente viu a sua importância decrescer no século XVII.

“Mas esta grandeza decaíu; os inimigos de fora, a nossa fraqueza na Índia, as dissensões intestinas, o cativo de Espanha, a enorme distância e o

---

<sup>198</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 99.

<sup>199</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 75.

<sup>200</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 96.

<sup>201</sup> O bispado de Macau foi criado em 1575 e albergava a China, o Japão, a Coreia, Tonquim e as ilhas limítrofes, abrangendo 500 milhões de pessoas. Por oposição, no Japão os cristãos sofreram violentas perseguições. Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 97.

abandono a que aquela colónia chegou, tudo isto a fez passar por fases agudas de perigo e decadência, com as suas lutas e heróis”<sup>202</sup>.

A par da decadência de Macau, ainda que tenha tido algum desenvolvimento, marcou-se o novo ascendente de Hong Kong, na segunda metade do século XIX, devido à influência britânica, mas também às condições do seu porto.

Retomando às personagens ficcionadas, Frazão teve de regressar a Lisboa, quando o Governador recebeu ordem da capital para fazer regressar alguns dos funcionários mais antigos de Macau. Na viagem de regresso passou pelo Japão, Sibéria, Rússia e, por fim, chegou à Europa.

Já na capital portuguesa, no trajeto diário que fazia da Rua dos Fanqueiros à Alfândega pareceu-lhe que Lisboa tinha uma “tortura esmagadora”, “toda a gente andava triste, sorumbática, como vergando um peso do destino e o contacto com a multidão das ruas, em regra inimiga da água, era-lhe desagradável”<sup>203</sup>. Seria esta uma crítica à ditadura militar (à semelhança, em parte do que, anos mais tarde, viria a ser escrito por José Saramago em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*)?

---

<sup>202</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 97.

<sup>203</sup> Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 204.



## Conclusões

Com esta investigação procurou-se demonstrar que Jaime Correia do Inso foi um marinheiro e escritor que não podemos nem devemos negligenciar. Tendo vivenciado três regimes políticos muito diferentes, escreveu obras técnicas, mas também literárias. O seu contributo para a Marinha e para a Literatura portuguesas são inquestionáveis. Procurou-se, desta forma, dar corpo a uma primeira abordagem da sua história de vida, colmatando uma lacuna uma vez que, como referimos, não existe nenhum estudo que desenvolva ou aprofunde o seu percurso.

Dado que Jaime do Inso teve uma vida dual, entre a Marinha e a Literatura, este estudo pretende constituir um contributo pluridisciplinar. Aprofunda-se historicamente o Portugal do final do século XIX ao século XX, ao mesmo tempo que se enquadra a Marinha e a sua evolução neste período. Paralelamente, é apresentada uma perspetiva que podemos considerar relacionada com os estudos literários, inserindo Jaime Correia do Inso no Orientalismo e nos particularismos que esta corrente tinha no contexto português sem, no entanto, deixarmos de colocar a hipótese de politização dos seus escritos.

Inso nasceu num período que podemos considerar bastante conturbado. O “novo expansionismo” do final do século XIX tinha levado a uma corrida a África. Não havendo possibilidade de estender fronteiras no continente Europeu, as grandes potências vislumbraram como solução um retalhar da África. Eram antigas as colónias portuguesas aí existentes, ou não tivéssemos sido nós o primeiro Estado a desbravar o além-mar.

Mas, os desejos expansionistas das potências coloniais, entre as quais se destacavam a França e a Inglaterra, colidiam com a presença portuguesa. Se até então a ocupação colonial era fundada no direito histórico, a partir da Conferência de Bruxelas e, sobretudo, da Conferência de Berlim, este princípio ficaria absolutamente ultrapassado, sendo substituído pela ideia de ocupação efetiva. Esta, sim, passava a ser uma condição obrigatória e válida!

Neste contexto de apropriação e de desenho de um novo mapa geopolítico no continente africano, que implicou a criação de Sociedades de Geografia (contexto em que Portugal não ficou atrás), procuraríamos marcar a nossa posição através do celebre mapa cor-de-rosa, o que daria origem ao *Ultimatum*.

Foi perante um panorama antibritânico, com um constante acentuar do ódio contra os ingleses e, paralelamente, com um aguçar do fervor patriótico e do projeto colonial que nasceu a vocação de Jaime Correia do Inso para defender a sua Pátria e melhor conhecê-la, através da Marinha aquela que, na altura, era a ferramenta do império.

É difícil vislumbrar os primeiros anos de vida deste oficial da Marinha portuguesa. Embora se conheça onde nasceu, quem era o seu pai, mãe e irmã, pouco mais sabemos. Nem conhecemos, sequer, se terá frequentado a escola (embora se tenham efetuado contatos e se esteja a aguardar resposta da direção da atual Escola Secundária Mouzinho da Silveira, o antigo Liceu Nacional de Portalegre). De facto, as fontes que nos permitem aprofundar esta fase inicial são pouco ricas e, pode-se até mesmo dizer, escassas, pelo que este período não passa de uma nuvem de suposições.

Sendo filho de um casal que morava em Nisa, no distrito interior de Portalegre, e sendo o seu pai carpinteiro, nada faria supor que Jaime do Inso se viria a tornar marinheiro. Poderá ter sido a conjuntura da época que o motivou. Coloca-se a hipótese de estar imbuído de um espírito nacionalista, patriótico e de valorização do império colonial. Por este motivo, poderá ter procurado defender a Pátria, ao mesmo tempo que tinha a oportunidade de, nas suas viagens, melhor conhecer esse Portugal pluricontinental. Mas, por outro lado, não podemos deixar de colocar a hipótese de Jaime Correia do Inso ter seguido este rumo, igualmente, pela garantia de um vencimento mensal fixo.

Quando Jaime do Inso entrou para a Marinha, integrando a Escola Naval, passamos a conhecer melhor o seu percurso de vida e a conseguir traçá-lo. Embora seja desconhecido o destino da grande maioria das suas viagens, sabe-se que esteve embarcado muitas vezes entre 1899 e 1938. Destacou-se, quase no despoletar da I

República, a viagem inaugural da canhoneira Pátria, cuja construção foi particular. Nestas suas viagens, Inso passou pelo Oriente, tendo desenvolvido o gosto por este espaço ao qual viria a dedicar várias obras.

Não obstante o contexto político de transição de regimes que vivenciou – da Monarquia Constitucional para a I República e, desta, para o Estado Novo – Jaime do Inso adaptou-se e progrediu na carreira na Marinha. Moldou-se, igualmente, às reformas e planos navais levadas a cabo nesta instituição na primeira metade do século XX.

Inso deixou ainda os seus conhecimentos técnicos escritos, com contributos variados. Destacam-se, neste contexto, vários artigos, mais tarde compilados num livro, sobre o papel da Marinha na I Guerra Mundial. Emergem ainda reflexões sobre os *handicaps* da Marinha do seu tempo, analisando e fazendo ressaltar a sua experiência e contextos em que teve inserido, reparando nos problemas pelo seu contato direto, como são exemplo os que estavam relacionados com o fardamento, equipamentos, entre outros. No que toca a estes textos mais técnicos não consegui realizar a devida abordagem a que me propus no início do trabalho por falta de organização pessoal a nível temporal. Desafio que lanço a quem retomar esta investigação.

Mas Jaime do Inso não foi um homem apenas da Marinha. Foi também um homem da escrita e do Oriente, um Oriente que o deslumbrou e que serviu de inspiração a várias obras, quer relatos de viagem, quer literárias de estilo romântico e, por vezes, ficcionado.

Na visão face ao “outro”, Inso insere-se na corrente do Orientalismo, ainda que divergindo dos contextos britânico, francês e norte americano que Edward Said aprofunda, radicando para este último autor a sua emergência no século XIV e o seu desenvolvimento de forma mais sistemática a partir do século XVIII.

De facto, o Orientalismo em Portugal é muito anterior ao destes países, tendo as suas fundações na presença árabe na Península Ibérica e nos contatos desenvolvidos nesta altura que implicaram um melhor conhecer do “outro”, da sua cultura, da sua língua e das suas práticas.

Paralelamente, o Orientalismo nacional destacava-se por não ir ao encontro dos ideais de dominação e controlo colonial, sendo antes mais apaixonado, adaptado a um império territorialmente descontínuo, com fraca permanência e onde a face mais forte era a missionação. É no final do século XIX, perante a perda do Brasil do início da centúria, a contestação do direito histórico português em África e visando-se conservar o poder político e religioso nacional nas colónias, que o Orientalismo ganha um novo ânimo em Portugal. É também nesta altura que, possivelmente, se começa a moldar o pensamento e forma de olhar para o Oriente de Jaime do Inso. Este é orientalizado. Nasce um novo orientalista!

Jaime Correia do Inso foi, claramente, um turista literário do Oriente, o espaço que mais o deslumbrou e maravilhou, embora nele tenha permanecido pouco tempo e tenha regressado para a sua Pátria.

Várias são as obras que dedicou ao Oriente, com destaque para a China e para Macau. *O Caminho do Oriente*, aquela que um maior destaque teve ao ser galardoada com um prémio, reflete de uma forma realista e detalhada esse imaginário misterioso e exótico, um despertar de sentimentos. Ainda que, num primeiro e imediato contato, o Oriente não fosse um local apelativo ao Ocidental, este acaba por deslumbrá-lo, cativando de uma forma inexplicável.

Todavia, não podemos descurar que as obras de Inso, escritas sobretudo após a década de 1930, podem conter em si ideológicas nacionalistas, patrióticas e colonialistas, uma propaganda colonial típica do regime ditatorial que vivenciou. Visar-se-ia, por esta forma, demonstrar a vocação colonial portuguesa e legitimar a presença histórica nacional em alguns espaços, sendo o Oriente aquele que para Inso representava a glória e grandeza de Portugal.







## Fontes e Bibliografia

### Fontes

#### Manuscritas

- Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico
  - Livros Mestre:
    - ✓ “F”, fólio 194
    - ✓ “I”, fólio 142
    - ✓ “M” fólio 19
  - Documentação avulsa: Processos individuais de oficiais classe marinha, caixa “X”, Correia do Inso, Jaime.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
  - Arquivo Histórico, Conservatória do Registo Civil, Paróquia do Sacramento em Lisboa, Certidão de Casamento de Jaime Correia do Inso e D. Maria Amália Correia do Inso, 1906.
  - Arquivo Histórico, Conservatória do Registo Civil, Certidão de Casamento de José Correia do Inso e D. Francisca da Graça Mendes Farinha, 1880.
  - Arquivo Histórico, Conservatória do Registo Civil, Freguesia de N<sup>a</sup> Sra da Graça, Certidão de Batismo de Jaime Correia do Inso, 1880.
  - Arquivo Histórico, Conservatória do Registo Civil, Freguesia do Espírito Santo, Certidão de Batismo de José Correia do Inso, 1847.
  - Arquivo Histórico, Conservatória do Registo Civil, Freguesia do Sacramento de Lisboa, Certidão de Nascimento de Maria Estela Correia do Inso, 1914.
  - Arquivo Histórico, Conservatória do Registo Civil, Freguesia do Sacramento de Lisboa, Certidão de Nascimento de Jaime Augusto Correia do Inso, 1915.
  - Arquivo Histórico, Conservatória do Registo Civil, Freguesia do Sacramento de Lisboa, Certidão de Nascimento de Álvaro Augusto Correia do Inso, 1918.
  - Arquivo Histórico, 6<sup>a</sup> Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Certidão de Casamento de Álvaro Augusto Correia do Inso e de Elena delle Vaglia Tinti, 1956.

- Arquivo Histórico, Conservatória do Registo Civil de Mafra, Freguesia de Venda do Pinheiro, Certidão de óbito de Álvaro Augusto Correia do Inso, 1999.
- Periódicos:
  - O Protesto Operário, 1883.

## **Impressas**

AZEVEDO, Francisco Alves de, Cecil Rhodes e o Mapa Côr de Rosa, Lisboa, 1930.

BRAZÃO, Eduardo, Portugal no Continente Africano - A Questão Colonial Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX, Lisboa, 1935.

CORDEIRO, Luciano, Questões Histórico-Coloniais, 1a., Lisboa, Agência Geral das Colónias.

INSO, Jaime Correia do, A Canhoneira «Pátria» I, 1a., s.l., Anais de Marinha, 1951.

INSO, Jaime Correia do, A Canhoneira «Pátria» II, Lisboa, Anais de Marinha, 1951.

INSO, Jaime Correia do, A Marinha Portuguesa na Grande Guerra, 2a., Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, 2015.

FIGUEIREDO, José Francisco, Monografia da Notável Vila de Nisa, Sintra, 1956.

GUEDES, Armando Marques, A Aliança Inglesa, Lisboa, O Jornal do Comércio e das Colónias, 1938.

MÚRIAS, Manuel, Portugal: Império 1939, Lisboa, Livraria Clássica, 1939.

SEUR, Gordon Le, Cecil Rhodes, s.l., 1913.

«A questão do Zaire», O Protesto Operário, 1883, Lisboa e P.

Livro Mestre dos Oficiais da Marinha, letra F, s.l.

Livro Mestre dos Oficiais da Marinha, letra I, s.l.

## **Bibliografia**

CANAS, António Costa, Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo, [http://dichp.bnportugal.pt/imagens/Cordeiro\\_Luciano.pdf](http://dichp.bnportugal.pt/imagens/Cordeiro_Luciano.pdf), consulté le 10 de Agosto de 2019.

- CARVALHO, Rómulo de História do ensino em Portugal : desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar - Caetano, Lisboa, Fundação Calouste Gubenkian, 1986.
- COELHO, Teresa Pinto, VI - Lord Salisbury's 1890 Ultimatum to Portugal and AngloPortuguese Relations, Lisboa, 2012.
- Direção-Geral do Património Cultural, Património Cultural, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70113>, consultado a 3 de agosto de 2019.
- JOHNSTON, Henry Hamilton, Livingstone and the Exploration of Central Africa, Londres, George Philip, 1891.
- MARQUES, António de Oliveira, História de Portugal. Volume II. Do Renascimento às Revoluções Liberais, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- MARQUES, António de Oliveira, História de Portugal. Volume I. Das Origens ao Renascimento, Lisboa, 1997.
- MOURA, José Dinis da Graça Mota, Memória Histórica da Notável Vila de Nisa, Lisboa, 1982.
- MARTINS, António Rita, O Mapa Côr de Rosa e a Aliança Inglesa - O Ultimatum, Lisboa, 1956.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, O Ultimatum Inglês - Política externa e política interna no Portugal de 1890, s.l., 1990.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês, s.l., 1987.
- SILVA, Agostinho da, As Viagens de Livingstone, Cadernos d., Lisboa, Famalicão «Minerva», 1944.
- TELO, António José, História da Marinha Portuguesa. Homens Doutrinas e Organização 1824-1974 (Tomo I), Lisboa, Academia de Marinha, 1999.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, História de Portugal vol. X, s.l., 1988.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Vol. 6, s.l., Lisboa Rio de Janeiro, 1987.
- Encyclopedia Britannica, <https://www.britannica.com/place/Zimbabwe/The-British-South-Africa-Company>, consultado a 15 de agosto de 2019.
- Presidência da República Portuguesa, [www.presidencia.pt/?idc=13&idi=32](http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=32), consultado a 31 de agosto de 2019.

Agrupamento de Escolas de Nisa,  
[http://www.escolasdenisa.org.pt/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=107&Itemid=639](http://www.escolasdenisa.org.pt/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=107&Itemid=639), consultado a 31 de agosto de 2019.

## Anexos

### Anexo A – Informação retirada do Livro Mestre “F”, fólio 194

Assentamento de praça: 11 de Agosto de 1898 (tinha 18 anos)

Transferido para o serviço da Armada: 21 de Outubro de 1899

Aumentado ao efetivo do corpo: 2 de Maio de 1906

#### POSTOS:

Aspirante de marinha: 21 OUT 1899

Guarda Marinha: 29 JUL 1903

2º TEN : 2 MAI 1906 / 22 MAI 1906 (ver nota\*)

#### NAVIOS EM QUE EMBARCOU:

NAVIO		EMBARQUE			DESEMBARQUE		
CLASSE	NOME	DIA	MÊS	ANO	DIA	MÊS	ANO
Corveta	Duque da Terceira	12	Julho	1900	1	Agosto	1900
Fragata	D. Fernando	2	Agosto	1900	9	Agosto	1900
Crusador	Vasco da Gama	10	Agosto	1900	31	Agosto	1900
Crusador	D. Carlos I	22	Julho	1901	16	Agosto	1901
Corveta	Duque da Terceira (Tejo)	17	Agosto	1901	19	Agosto	1901
“	“(viagem de instrução)	20	Agosto	1901	8	Setembro	1901
Fragata	D. Fernando	19	Junho	1902	20	Julho	1902
Crusador	Adamastor	21	Julho	1902	18	Setembro	1902
Fragata	D. Fernando	1	Agosto	1903	9	Agosto	1903
Reabastecedor	Bérrio	10	Agosto	1903	23	Agosto	1903
Transporte	África (Tejo)	8	Outubro	1903	9	Outubro	1903
“	“(viagem às estações navais)	10	Outubro	1903	1	Fevereiro	1904
Navio depósito	Bartolomeu Dias	2	Fevereiro	1904	9	Março	1904
Canhoneira	Massabi	10	Março	1904	13	Março	1904
Corveta	Afonso d’Albuquerque	14	Março	1904	27	Março	1904
Corveta	Bartolomeu Dias	28	Março	1904	11	Abril	1904
Corveta	Afonso d’Albuquerque	12	Abril	1904	27	Junho	1904
Canhoneira	Pátria (Tejo)	12	Setembro	1904	3	Julho	1904
Transporte	África (Tejo)	4	Outubro	1904	18	Novembro	1904
Canhoneira	Pátria (Tejo)	19	Novembro	1904	18	Janeiro	1905
Canhoneira	Pátria (viagem para Luanda)	19	Janeiro	1905	29	Março	1905
“	“(em Luanda)	30	Março	1905	28	Julho	1905
“	“(viagem para o Brasil)	29	Julho	1905	20	Agosto	1905
“	“(no Brasil)	21	Agosto	1905	23	Maio	1906
“	“(viagem para Cabo Verde)	24	Maio	1906	29	Maio	1906
“	“(em Cabo Verde)	30	Maio	1906	14	Junho	1906
“	“(viagem para o funchal)	15	Junho	1906	23	Junho	1906
“	“(no Tejo)	24	Junho	1906	1	Março	1907

Transporte	Pero d'Alenquer	2	Março	1907	1	Maio	1907
Crusador	Rainha D <sup>a</sup> Amélia	2	Maio	1907	13	Maio	1907
Fragata	D. Fernando	14	Maio	1907	14	Junho	1907
Canhoneira	Pátria	5	Junho	1907	21	Agosto	1907
Canhoneira	Liberal (em Angola)	16	Setembro	1907	22	Setembro	1907
Crusador	Adamastor	23	Setembro	1907	22	Outubro	1907
Canhoneira	Limpopo	16	Julho	1908	3	Agosto	1908
Canhoneira	Limpopo (regresso ao reino)	4	Agosto	1908	12	Setembro	1908
Canhoneira	Limpopo (Tejo)	13	Setembro	1908	7	Outubro	1908
Crusador	S. Gabriel	18	Novembro	1908	13	Agosto	1909
Crusador	S. Gabriel(VI de aspirantes)	14	Agosto	1909	24	Setembro	1909
Crusador	S. Gabriel (Tejo)	25	Setembro	1909	4	Novembro	1909
Fragata	D. Fernando (Tejo)	16	Outubro	1910	21	Outubro	1910
Crusador	Adamastor (Tejo)	22	Outubro	1910	29	Outubro	1910
Fragata	D. Fernando (Tejo)	30	Outubro	1910	21	Dezembro	1910
Canhoneira	Pátria (Macau e Timor)	3	Fevereiro	1911	9	Novembro	1912

CARGOS	INICIO	FIM
Adido à Majoria	15 JUL 1904	11 SET 1904
Adjunto à Majoria	22 AGO 1907	31 AGO 1907
Adjunto à Divisão Naval do Atlântico do Sul (encarregado)	23 OUT 1907	15 JUL 1908
Adjunto à Majoria General	7 OUT 1908	21 OUT 1908
Idem, prestando serviço acidentalmente	22 OUT 1908	17 NOV 1908
Adjunto à Majoria prestando serviço acidentalmente	4 NOV 1909	13 NOV 1909
Corpo de Marinheiros	13 NOV 1909	11 OUT 1910
Adjunto à Majoria General prestando serviço acidentalmente	12 OUT 1910	15 OUT 1910
Adjunto à Majoria General	22 DEZ 1910	29 DEZ 1910

#### OUTRAS EVENTUALIDADES:

Transferido para o serviço da Armada em 21 de OUT de 1899, tendo vindo do regimento de infantaria nº 22. Assentou praça em 11 de AGO de 1898, como voluntario para servir por 12 anos. Assentamento de praça no corpo de alunos da Armada em 21 de OUT de 1899, como aspirante de Marinha. Em 2 de FEV de 1904 aumentado ao efetivo da Divisão Naval do Atlântico Sul e abatido em 28 de JUN de 1904. Em 15 de JUL de 1904 apresentou-se com guia datada de 27 de JUN 1904, da Divisão Naval do Atlântico Sul, por opinião da Junta de Saúde, ficou adido à Majoria, até ser presente à Junta de Saúde Naval. Em 21 de JUL de 1904 recebeu guia para ser presente à Junta de Saúde Naval. Em 30 de MAR de 1905, aumentado ao efetivo da Divisão Naval do Atlântico Sul e abatido em 29 de JUL de 1905. Promovido a 2º Tenente, por decreto de 31 de MAI de 1906 devendo contar-se-lhe a antiguidade desde 2 de MAI de 1906.

\*- Nos meses de SET, OUT e NOV de 1904, fez 8 dias de tirocinio na canhoneira Pátria (ordem da Armada nº 14B de 1906) – Em 3 de AGO de 1906 admitido socio do Montepio (associação de reforma) oficial com o nº7908, devendo começar o desconto da quota, com referência ao mês de JUL inteiro. Em 3 de AGO de 1906, concedida autorização para contrair matrimónio, com D<sup>a</sup> Maria Amália Correia do Inso.





## Anexo B - Informação retirada do Livro Mestre "I", fólho 142

### POSTOS:

1º Tenente: 17/09/1915 (por Decreto da mesma data)

Capitão-Tenente: 30/06/1919 (por Decreto de 11-7-919)

Comissões que tem desempenhado em outros ministérios: 6

CARGO: Direção Geral Militar do Ministério das Colónias – de 22 de janeiro de 1926 a 22 de novembro de 1926

### NAVIOS EM QUE EMBARCOU:

Classe e nome	Data do Embarque			Data do desembarque		
	Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano
Fragata D. Fernando	18	Dezembro	1913	3	Setembro	1914
Cruzador S. Gabriel	4	Setembro	1914	8	Setembro	1914
Viagem a ...no Tejo? Cruzador S. Gabriel	9	Setembro	1914	20	Abril	1915
Viagem a ...no Tejo? Cruzador S. Gabriel	21	Abril	1915	21	Maio	1915
Cruzador S. Gabriel	23	Fevereiro	1918	18	Novembro	1918
Cruzador Adamastor * * Comandante de 11/08/1919 a 29/10/1920	18	Novembro	1918	29	Outubro	1920
Fragata D. Fernando	29	Outubro	1920	13	Maio	1922
Cruzador Carvalho-Araújo	13	Maio	1922	21	Abril	1923
Canhoeira Pátria* *Comandante de 14/03/1926 a 13/04/1929	4	Março	1926	3	Maio	1929
Paquete	3	Maio	1929	14	Junho	1929

Cargo na Capitania do Porto de Vila Real de Santo António no ano de 1925

Comissões desempenhadas nas províncias ultramarinas

CARGO: Repartição dos Serviços de Marinha de Macau de 14 de Março de 1926 a 14 de Março 1926

### MERCÊS HONORÍFICAS, CONDECORAÇÕES E LOUVORES:

- Por portaria de 6-6-918, Ministério das Colónias, segundo as propostas de recompensa apresentadas pelo governador da província de Timor, comandante das operações efetuadas numa província em 1912-1913, louvor pelos bons serviços prestados durante as operações em Ba..., de 29 de Junho a 25 de Julho de 1912, como comandante dum destacamento de Marinha que guarneceram aquela vila – B. M das Colónias. O.9 de 17-6-918....)

-Por despacho ministerial de 24-10-929, deferido o requerimento em que pede para usar a "Cruz de .... Da Ordem de Mérito Arival de Espanha, com que foi agraciado.

- Por Decreto de 28-11-918, medalha de prata comemorativa da campanha de Timor em 1912/13 (O. 22/918).

- Medalha de prata comemorativa das campanhas do exército português – Campanha de Moçambique <sup>1914</sup>/18 (O. <sup>3</sup>/919).
- Por Dec.º de 24-2-919, medalha de prata comemorativa das campanhas do exército português: “No mas 1916-17-18” (O. <sup>4</sup>/919)
- Por Dec.º de 6-3-919, condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis (O. <sup>5</sup>/919)
- Por Dec.º de 4-8-919, condecorado com o grau de Comendador da Ordem Militar de Avis (O. <sup>15</sup>/919)
- Em 6-4-920, foi-lhe concedida a medalha da Victoria. (O <sup>7</sup>/920)

#### OUTRAS EVENTUALIDADES A SALIENTAR:

Em 27-7-912 recolheu à Canhoeira Pátria, servindo nas operações de Bancau (Timor)

Tempo de permanência nas zonas de guerra nos termos do decreto 5015/28-12-918: - O<sup>a</sup>- 9<sup>m</sup>- ..<sup>d</sup> (O.14/1919)

Em 11-8-919, assumiu o cargo de comandante do Cruzador “Adamastor” (O. 15/919).- Por portaria de 15-8-919, nomeado para o cargo de encarregado do comando do Cruzador “Adamastor”.

Por D. M. de 4-6-20 nomeado defensor ad hoc junto do tribunal e Marinha no processo em que é co-reu o 1º grumete n.º 5701, Amancio Patuleia (O.<sup>11</sup>/920).

Por portaria de 16-10-920, exonerado do cargo de encarregado do Comando do Cruzador “Adamastor” (a fim de ser empregado em outra comissão de serviço. (= <sup>20</sup>/920))

Por despacho ministerial de 28-11-921, deferido o requerimento em que pede o abono de 10% sobre o soldo (O. <sup>22</sup>/921).

Por portaria de 31-7-923, nomeado para o cargo de Capitão do Porto de Vila real de Sto. António (O.<sup>xxx</sup>/923)

Em 25-11-1924 apresentou-se na Direcção Geral de Marinha com guia da Capitania do Porto de Vila Real de Santo António.

Em 5-12-1924 assumiu o cargo de Capitão do Porto de Vila Real de Santo António (O.<sup>22</sup>/1924).

Em 9-7-925, entregou ao 1º tenente do secretariado naval Manoel Ribeiro da Silva, o cargo de capitão do Porto de Vila Real de Santo António (o qual ficou exercendo interinamente) por ser chamado a Lisboa, a fim de ser presente à Junta de Saúde das Colónias (O. 17/925). Em 9-9-1925, recebe guia no Comando Geral da Armada para a Junta de Saúde das Colónias. (O. 17/1925).

Por decreto do Ministério das Colónias de 12-9-1925, nomeado para o cargo de Comandante da Canhoeira “Pátria”, em substituição do capitão tenente (...)

Por portaria de 17-1-0-1925, foi nomeado para o serviço da Marinha, exercendo o cargo de capitão do Porto de Vila Real de Santo António.

Em 22-1-1926, recebeu guia no Comando Geral da Armada para a Direcção Geral Militar do Ministério das Colónias, a fim de ir servir na Marinha Colonial de Macau.

*Por decreto de 20-3-1926, mandado passar à situação de Comissão nas Colónias (Marinha colonial) a contar de 22 de Janeiro do ano corrente, por ter nessa data recebido guia para a Direcção Geral Militar do Ministério das Colónias, a fim de ir servir na Marinha Colonial de Macau, sendo-lhe aplicadas as disposições dos nºs 1º e 2º do artigo 19.º do decreto n.º 6180, de 4 de Outubro de 1919. (...) Em 13-7-928, inscrito no Cofre da Previdência dos Officiais do Exército Metropolitano com o n.º 5026 desde 1-5-928.*

*Por decreto de 3-12-928, exonerado do cargo de Comandante da Canhoeira “Pátria”, a fim de ir acompanhar outra comissão de serviço. (...)*

*Em 19-11-929, começou a prestar serviço de justiça defendendo os (...)*

*Em 27-11-919, nomeado para fazer serviço de inspecção ao Quartel General, a partir de 2 de Dezembro p.f. inclusive, em substituição do Comandante de Fragata Jaime ....S. Costa, que deixou na mesma data de prestar esse serviço. Em 6-12-929 nomeado para prestar serviço ao Quartel General....Em 2-1-930, deixa de prestar serviço de inspecção ao Quartel General (...)*

*Em 11-1-930, passa permanentemente aos .... Resultante da fixação nos quadros dos oficiais da Armada, por decreto de 12821 (?) de 28-11-929 (...)*



## Anexo C - Informação retirada do Livro Mestre “M”, fólho 19

### POSTOS:

Capitão-Tenente: 30/06/1919

Capitão de Fragata: 30/04/1935

CARGO: Repartição dos Serviços de Marinha de Macau de 14 de Março de 1926 a 14 de Março 1926

### NAVIOS EM QUE EMBARCOU:

Classe e nome	Data do Embarque			Data do desembarque		
	Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano
Rebocador Berrio	1	Janeiro	1930	1	Fevereiro	1930
Cruzador “Vasco da Gama”	28	Julho	1933	11	Setembro	1933
Cruzador “Vasco da Gama”	30	Abril	1935	9	Outubro	1935
Escola de Artilharia Naval	9	Outubro	1935	-	-	-
Contra-Torpedeiro “Vouga”	24	Abril	1936	24	Abril	1936

Comando de navios – Comando e chefe de estado maior de forças navais – Comissões em terra desempenhadas no serviço da marinha militar						
Cargos	Data em que assumiu			Data em que deixou de exercer		
	Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano
Sup. os S. na Corveta...?	1	Fevereiro	1930			
Defensor oficioso no Tribunal Militar de Marinha	2	Setembro	1930	23	Janeiro	1932
Com.to Geral da Armada (02/931)	24	Janeiro	1931			
Chefe interino da Secretaria da Intendência do Arsenal da Marinha (acumula)	2	Fevereiro	1932	26	Novembro	1932
Comando Geral da Armada	26	Novembro	1932	28	Julho	1933
Encarregado do comando do ... “Vasco da Gama”	28	Julho				
Comando Geral da Armada, adjunto	11	Setembro	1933	11	Outubro	1934
Oficial Superior de Inspeção ao Comando Geral	12	Setembro	1933			
Repartição do Pessoal do Comando Geral da Armada 0 <sup>14</sup> /934	11	Outubro	1934	30	Abril	1935
Sub-Chefe da Repartição do Pessoal do Comando Geral	20	Outubro	1934	24	Abril	1935
Encarregado do Comando do ....? “Vasco da Gama” 0 <sup>8</sup> /1935	30	Abril	1935	9	Outubro	1935
2º Comandante da Escola de .... Naval	10	Outubro	1935	23	Dezembro	1937
1º Comandante interi te. De .... C. de A..?	20	Maio	1936	30	Março	1936

1º Comandante Int.ª da Escola de Artilharia Naval	27	Julho	1936	27	Agosto	1936
1º Comandante da Escola de Artª Naval	23	Dezembro	1937	8	Agosto	1938
Superintendência dos Serviços da Armada	8	Agosto				
Estado Maior Naval	17	??	1939			
Diretor da Biblioteca e Museu Naval (acumula)	14	Janeiro	1948	4	Dezembro	1959

#### MERCÊS HONORÍFICAS, CONDECORAÇÕES E LOUVORES:

Por portaria de 9-3-931 – Tendo o cap.—Tenente Jaime Correia do Inso sido nomeado para representar o Ministério da Marinha junto do Comissário da Exposição Colonial Portuguesa em Antuérpia e concorrido para que o nosso país ali tivesse representação condigna: Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, louvar o referido oficial pela forma brilhante como coordenou o Comissariado da referida Exposição, valorizando e prestigiando com o seu esforço a pequena representação nacional, concorrendo assim para o bom nome e engrandecimento do País em terras estrangeiras. – (05/931)

Em 25.4.931 – Deferido o req.<sup>to</sup> em que pediu autorização para aceitar e usar as insígnias do grau de Comendador da Ordem do Leopoldo Com que foi agraciado pelo Governo da Bélgica. (08/931).

Por decreto de 26-5-932, concedida a militar de ouro da classe de comportamento exemplar, em substituição da de prata da mesma classe (06/932).

Em 14-5-935, ao deixar o cargo de Chefe do Estado Maior Naval, por ter passado à situação de reserva, e no uso da faculdade que me é concedida pelo artigo 23.º do Regulamento do Estado-Maior Naval, sobre todos os Sistemas ? oficiais que prestam serviço no Instituto Superior Naval de guerra e no Estado-Maior Naval e Serviços deste dependentes pela ...? Leal e valiosa que sempre me prestaram, e pela dedicação ao Serviço que sempre resultaram, a todos desejando muitas felicidades no decurso das suas carreiras militares. (Louvor dado pelo Chefe de Estado-Maior Naval (a) Jaime dos Santos da Cunha Gomes, contra-almirante) ....1953)

Em 28-9-959 – Menção de apreço: - De Sua Exª o Almirante Superintendente dos Serviços da Armada. A Comissão nomeada pelo D.M. n.º 40, de 18-2-956, para estudar a reorganização do Museu de Marinha e elaborar o seu regulamento entregou seu trabalho, e, por esse facto, foi dissolvida, Por ...gar de intensivo merecimento desejo manifestar publicamente o meu apreço, pelo valioso trabalho que apresentaram, onde uma vez mais deram mostras do seu saber, zelo e dedicação pelos assuntos do interesse para a Armada Nacional. (0/18/959-195).

Em 9-8-960 – Sua Exªa o Ministro da Marinha em seu despacho desta data, concedeu a Medalha Naval Comemorativa do V Centenário da morte do Infante D. Henrique – medalha de Ouro – (Ad. À of 1/961/10) – Diário do Governo II série n.º 209 de 5-9-962. Agraciado com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. (of 17/962/174)

#### OUTRAS EVENTUALIDADES:

Em 1-2-930, apresentou-se no S. .... P. ... com guia o Rebocador Berrio, .... 30 ...., para como delegado de S. Exa. o Chefe do Estado Maior Naval presidir à mostra ? de .... O referido ... ..... adjunto (O<sup>3</sup>/930).

Em 4-2-930, recebeu guia .... S. dos S. de Comando ? para o Commissariado da Exposição de Antuérpia, como delegado oficial de ligação entre o mesmo Commissariado e o Ministério da Marinha, cargo para que fora nomeado (O<sup>3</sup>/930).

Em 1-3-930, começa a prestar em 2 os ... inclusive, em substituição do Oficial fragata Fernando Augusto? V. de Matos?, serviço de inspecção ao Quartel-General. Em 22-4-930, deixou de fazer serviço de ...ção ao Quartel-General (O<sup>5</sup>/930). Em 22-4-1930 deixou de fazer serviço de inspecção ao Quartel General. Em 9-5-930, nomeado para prestar serviço de inspecção ao Quartel-General.

15-7-930, apresentou requerimento em que pede para fixar temporariamente a sua residência de Julho a Outubro, em Cascais. Em 1-8-930 nomeada para o cargo de defensor oficioso junto do Tribunal Militar de Marinha, em substituição do Capitão de fragata Manuel dos Santos Fradique e durante o impedimento do defensor efetivo, Cap. Tenente Fernando Augusto Branco. Em 1-9-930, mandado acumular o cargo de defensor oficioso com o serviço de inspecção ao Quartel General que atualmente desempenha. E recebeu guia no Comando Geral da Armada para o ...i.. do Tribunal Militar de Marinha, a fim de assumir o cargo de defensor oficioso junto do mesmo Tribunal Militar. EM 24-1-931, apresentou-se no Comando Geral da Armada com guia visada pelo Comissário da Exposição de Antuérpia, por ter terminado a sua comissão junto do mesmo Comissário.

Por Decreto de 27-1-932, nomeado para interinamente exercer o cargo de Chefe da Secretaria da Intendência do Arsenal da Marinha, acumulando com os serviços de oficial da Inspeção que está desempenhando no Comando Geral da Armada.

Em 22-1-1932, recebeu guia no Tribunal Militar de Marinha por ter feito entrega do cargo de defensor oficioso. Em 11-7- 932, eleito vogal efetivo do Conselho Fiscal da Cooperativa Militar no exercício de 1932. Em ... 932, deferido, sem prejuízo dos serviços o requerimento em que pedia para residir temporariamente até Outubro, em Cascais. Em 16-11-932, por decreto da mesma data), exonerado do cargo de Chefe da Secretaria da Intendência do Arsenal da Marinha, que exercia interinamente, por terem cessado os motivos que determinaram a sua acumulação de serviço. Em 26-11-932 recebeu guia para a Presidência da Comissão encarregada de examinar a situação dos cidadãos a quem o Governo aplicou sanções por motivo de ordem pública, a que se refere a Portaria de 18.5.932, substituindo o capitão tenente Raul ... de ... . Por despacho ministerial de 2.12.932, concedido o 3º aumento de soldo desde 1.12.932. Em 10.12.932, apresentou-se no Comando Geral da Armada, com guia da Presidência da Comissão encarregada de examinar a situação dos cidadãos a quem o Governo aplicou sanção por motivos de ordem pública, por a mesma ter sido extinta.

Em 9.2.933, recebeu guia no Comando Geral da Armada para o Presidente da Comissão a que se refere o decreto n.º 21.990 de 16.12.1932, coronel João Nepomuceno de Freitas, a fim de fazer parte da Comissão de Inquérito à situação dos inválidos de guerra.



Em 21.2.933, nomeado para, em 22, pelas 13 horas, investir no Comando da Canhoneira? “Zaire”, o 1º tenente José Rodrigues Cosme.

Em 10.5.933 foi nomeado para constituir a comissão promotora da representação da Marinha na próxima semana das colónias? Promovida pela sociedade de Geografia de Lisboa.

Em 21-7-933, deferido o requerimento em que pede para residir temporariamente em Cascais durante os meses de julho a Outubro.

Em 4-8-933, nomeado para o cargo de Promotor ad-hoc junto do Tribunal Militar da Marinha durante o impedimento temporário, por licença, do Promotor efetivo capitão-tenente Artur Vital da Cunha Freitas. Em 4-8-933, recebeu guia para a Presidência do Tribunal da Marinha, onde passa ao serviço como promotor ad-hoc junto do Tribunal Militar da Marinha, por se ter apresentado em gozo de licença o capitão-tenente Artur Vital da Cunha Freitas, promotor de justiça junto do mesmo Tribunal.

Em 12-9-933, nomeado nos termos do artigo 299º do Código de Justiça Militar, defensor do réu Carlos Neffe, primeiro sargento ....? De guias, reformado. Em 4-9-933, apresentou-se no Comando Geral da Armada, com guia da .... Do Tribunal Militar da Marinha.

Em 27-9-933, recebeu guia para o Tribunal Militar de Marinha, por ter sido nomeado defensor do defensor do réu Carlos Neffe, primeiro sargento executor? Das máquinas, reformado, onde se apresentou.

Por decreto de 9-12-933, encarregado de exhibir? Os documentos para a ? dos navios da marinha portuguesa. Em 21-4-934, nomeado defensor oficioso do réu José Lourenço de Sousa, marinheiro de manobras.? N.º 3.367? Em 8-8-934, deferido sem prejuízo para o serviço, o requerimento em que pedia autorização para residir temporariamente na Ericeira.

Por decreto de 30-10-934, nomeado para exercer o cargo de sub-chefe da Repartição do Pessoal do Comando Geral da Armada.

Em 7-1-935, transferido para a 4ª Classe de pensões do Montepio S.E., sob o N.º 7.908, a partir de 1 de Julho, p.p. Em 15-1-935, transferido para de pensões do Montepio S.E., e não para a 4ª, como foi publicado em 7-1-935.

Em 1-3-1935, recebeu guia no Comando Geral da Armada para se apresentar no Comando de, para se apresentar no Comando do Forte? da Graça, em Elvas, acompanhando sob prisão o capitão tenente Raul Fernandes Correia do Amaral.

Em 3-3-1935, apresentou-se no Comando Geral da Armada, por ter terminado o serviço para que tinha sido nomeado.

Por Portaria de 27-4-1935, exonerado do cargo de sub-Chefe da Repartição do Pessoal do Comando Geral da Armada.

Por Portaria de 10-5-1935, promovido a capitão de fragata, a contar de 30 de abril de 1935, para todos os efeitos legais.

Por despacho ministerial de 6-5-1935, com a opinião da Junta de Saúde Naval, que em sua sessão de 6 do corrente em que o julgou apto para promoção.

Por despacho ministerial de 21-5-1935, foi-lhe concedido o direito ao percebimento do 2º aumento de soldo do atual posto, desde a data em que foi promovido, mas só pode ser abonado a partir de 1-7-1935.

Em 31-7-1935, deferido sem prejuízo para o serviço, o requerimento em que pede autorização para residir na Ericeira, durante os meses de agosto e setembro.

Em 5-8-1935, nomeado defensor junto do Tribunal Militar de Marinha, nos termos do artigo 299º do Código de Justiça Militar.

Em 3-10-935, exonerado do serviço de inspeção ao Quartel General de Marinha. Em 12.10.935, nomeado membro da comissão de que trata o artigo 6º do decreto 25719 (Regulamento de Telemetristas)?

Por Portaria de 17-2-936 do Ministério da Guerra, nomeado vogal da Secção Tutelar do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar, em substituição do capitão de fragata Manuel José Poseante.

Em 12-3-935 (será erro no ano?) recebeu guia na Superintendência dos Serviços da Armada para o Conselho Tutelar e Pedagógico dos exércitos de Terra e Mar, a fim de fazer parte como vogal do mesmo Conselho.

Em 8-7-936, autorizado a residir na Ericeira até Outubro de 1936.

Em 25-7-936, nomeado para presidente do júri que há-de dar cumprimento aos artigos 6º, 7º e 8º do decreto 25.719 de 3.8.935.

Em 11.6.1937, encontra-se na situação de doente em casa.

Em 21.6.937 a...pritou-se ? da situação de doente em casa.

Por Portaria de 11.12.937, concedido o 3º aumento do soldo desde 1.12.937

## Anexo D – Lista cronológica da obra de Jaime Correia do Inso

Ano	Título	Local
1909	Apontamentos Sobre Movimentos atmosféricos (nº 40, p. 801-840)	CMN
1910	De minimis... : deficiências diversas da armada, que devem ser remediadas; uniformes, material e legislação (nº 41, p. 302-316)	CMN
1910	De minimis... II (nº 41, p. 471-479)	CMN
1910	Novo método para determinar o raio de giração final (U.S.Naval Institute Proceedings) (nº 41, p.553-560)	CMN
1912	Em socorro de Timor (nº 43, p. 296-309, 399-416, 571-594, 692-700, 707-713)	CMN
1912	Ecos de Macau: guerras de piratas - a batalha de Landau (nº 43, p. 107-117)	CMN
1913	Macau: joia do oriente	BCM
1913	Em socorro de Timor (nº 43, 1913, p. 84-100, 188-198, 366-374, 431-442, 608-626, 881-894)	CMN
1914	Preliminares do tiro	BCM
1914	A intervenção de Portugal no conflito internacional (nº 45, p. 781-792)	CMN
1920	O presente e o Futuro de Macau	BCM
1929	Macau: a mais antiga colónia europeia no Extremo-Oriente	BNP
1929	Macau	BNP
1929	Uma página para a história de Macau: a greve de 1922	BCM
1930	A China	BCM
1932	O Caminho do Oriente	BEN
1932	Macau e as suas indústrias	BCM
1932	A bandeira do batalhão de Marinha expedicionário a Angola (nº 62, 1932, p. 3-19)	BCM
1933	Visões da China	BCM
1933	A exposição de Marinha na semana das Colónias	BCM
1934	A bandeira do batalhão de Marinha expedicionário a Angola (nº 62, p. 999-1000)	CMN
1935	Numa viagem do S. Gabriel	BCM
1936	Mr. Wu (trad. Jaime do Inso)	BNP
1936	China	BNP
1937	A marinha Portuguesa na Grande Guerra (nº 67, 1937, p. 675-718, 965-1013)	CMN
1938	A marinha Portuguesa na Grande Guerra (nº 68, 1938, p. 43-55, 219-237, 519-530)	CMN
1938	Sequência dos descobrimentos portugueses na América do Sul	BCM
1939	A marinha Portuguesa na Grande Guerra (nº 69, 1939, p. 119-135)	CMN
1939	Timor 1912	BNP
1941	Quadros de Macau	BCM
1941	Cenas da vida de Macau	BCM
1943	A arte de navegar	BEN
1950	O Museu da Marinha	BNP
1950	O atlas do Visconde de Santarém	BCM
1951	A canhoneira Pátria	BCM
1952	A necessidade do Monumento ao Infante D. Henrique	BCM
1952	Uma visita ao Museu Naval de Madrid	BCM
1953	A estética histórico-marítima da cidade de Lisboa	BNP
1953	O mistério do Oriente	BCM
1958	Os “Genários” uma nova espécie zoológica	BNP
1961	Medalhística (pref. Jaime Correia do Inso)	BFSJB
1962	O Museu de Marinha	BNP
1962	Uma curiosidade do tempo da vela (nº 92, p. 353-360)	CMN
1964	Nossa Senhora da Penha de França na evocação marítima	BCM
1964	A Marinha em África. Silva Nunes (nº 94, p. 523-534)	CMN
1965	Um Planetário Desconhecido, de 1736 (nº 95, p. 753-760)	CMN
1965	Recordando Timor	BCM
1967	O Museu de Marinha. Subsídios (nº 97, p. 290-352)	CMN
1967	O Museu de Marinha e um pouco da sua história	BCM
1997	Cenas da vida de Macau	BEM
2004	A última revolta em Timor: 1912	BCM
2006	A Marinha Portuguesa na Grande Guerra	BNP

**Legenda:**

BCM: Biblioteca Central de Marinha

BNP: Biblioteca Nacional de Portugal

CMN: Clube Militar Naval

Entenda-se, pelas quadrículas a verde, que se tratam de textos publicados nos ANAIS do Clube Militar Naval